

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 510

# Efeitos do MERCOSUL no Brasil: uma Visão Setorial e Locacional do Comércio

Constantino Cronemberger Mendes

AGOSTO DE 1997



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 510

# Efeitos do MERCOSUL no Brasil: uma Visão Setorial e Locacional do Comércio<sup>\*</sup>

*Constantino Cronemberger Mendes*<sup>\*\*</sup>

Brasília, agosto de 1997

---

<sup>\*</sup> O autor agradece os comentários e sugestões do dr. Antônio Carlos F. Galvão, coordenador de Política Regional do IPEA, sendo de minha exclusiva responsabilidade os erros remanescentes no trabalho.

<sup>\*\*</sup> Técnico de Planejamento e Pesquisa da CGPR/DIPRU.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
Ministro: *Antônio Kandir*  
Secretário Executivo: *Martus Tavares*



**Presidente**

*Fernando Rezende*

**DIRETORIA**

*Claudio Monteiro Considera*

*Gustavo Maia Gomes*

*Luís Fernando Tironi*

*Luiz Antonio de Souza Cordeiro*

*Mariano de Matos Macedo*

*Murilo Lôbo*

O IPEA é uma fundação pública, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e promover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

**TEXTO PARA DISCUSSÃO** tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 160 exemplares

**SERVIÇO EDITORIAL**

**Brasília — DF:**

SBS Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES, 10<sup>o</sup> andar

CEP 70076-900

E.mail: editbsb@IPEA.gov.br

**Rio de Janeiro — RJ:**

Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14<sup>o</sup> andar

CEP 20020-010

E.mail: editorial@IPEA.gov.br

---

## SUMÁRIO

---

SINOPSE

- 1 INTRODUÇÃO **7**
- 2 OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS E  
OBSTÁCULOS DO MERCOSUL **8**
- 3 ASPECTOS PARTICULARES DO COMÉRCIO  
BRASIL — MERCOSUL **12**
- 4 OBSERVAÇÕES FINAIS **40**
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **42**
-



---

## SINOPSE

---

**C**ada estado ou região do Brasil mantém relações comerciais específicas, em termos de intercâmbio de produtos, com os países do MERCOSUL. Com a evolução e ampliação da integração econômica, ocorrem modificações na composição desse comércio, as quais indicam efeitos diferenciados sobre os setores produtivos nacionais. Assim, este estudo faz a análise dos fluxos comerciais e da pauta de produtos comercializados entre os estados brasileiros e os demais países-membros do bloco, inclui considerações sobre o comportamento dos setores envolvidos nesse comércio, e contribui para a avaliação dos diferentes impactos do MERCOSUL no país, seja nos estados, seja nos setores produtivos.



## 1 INTRODUÇÃO

O comércio do Brasil com seus parceiros do MERCOSUL (Argentina, Paraguai e Uruguai)<sup>1</sup> tem demonstrado seu vigor nos últimos anos. Algumas políticas adotadas pelos países integrantes do bloco e pelo Brasil, tais como o controle da inflação e as medidas liberalizantes nas áreas cambial e tarifária, contribuíram decisivamente para esse quadro positivo. Ao mesmo tempo, diversos instrumentos incluídos no Tratado de Integração, como o Programa de Liberação Econômica e a Tarifa Externa Comum (TEC), foram cruciais no sentido de dinamizar o comércio entre os países-membros do bloco econômico.

Contudo, apesar dos avanços alcançados no processo de integração, vários são os fatores que limitam a ampliação do comércio entre os países do bloco: a instabilidade nos balanços de pagamentos de cada país, as deficiências de infraestrutura e de serviços de transportes, a própria etapa de evolução em que se encontram muitas indústrias ou setores produtivos, e as desigualdades internas, entre outros.

A política comercial adotada no MERCOSUL, em geral, é ainda pouco orientada de forma a favorecer, em bases amplas, o comércio entre os países-membros. Ao mesmo tempo, as políticas econômicas são adotadas sem levar em consideração aspectos locais e setoriais, seja no nível específico interno de cada país, seja no conjunto dos países participantes do bloco.

O avanço da integração econômica no Cone Sul é, sem dúvida, um grande desafio para todos os países envolvidos, tendo em vista os problemas inerentes ao processo de formação de um merca-

---

<sup>1</sup> Foram aqui considerados apenas os países que participam da União Aduaneira.

---

do comum, especialmente aqueles relacionados à criação de formas de compatibilização entre os diferentes níveis de estrutura econômica das economias nacionais, bem como das regiões internas de cada país, no âmbito de relações comerciais cada vez mais competitivas.

O maior desafio dos países integrantes do MERCOSUL é, atualmente, consolidar suas economias, não mais sustentadas em um modelo de substituição de importações, mas em meio a uma crescente abertura à competição externa. Apesar das dificuldades da ampliação da integração econômica, existem possibilidades concretas de avanço e de resultados positivos para os países e, portanto, para suas regiões.

Nesse contexto, a análise dos comportamentos macroeconômicos nacionais diante do processo de formação de um mercado comum entre os países é tão necessária quanto a avaliação das especificidades de seus impactos no âmbito de cada país. Particularmente, no caso do Brasil, cada estado ou região mantém relações específicas, em termos de comércio externo, com os países do MERCOSUL, e cada um (a) sofre impactos diferenciados ao longo desse processo.

Assim, este estudo tratará dos efeitos do MERCOSUL no Brasil — por meio da análise do relacionamento comercial dos estados brasileiros com os países-membros do bloco — em dois capítulos principais, além da introdução e das considerações finais: o primeiro traz observações acerca dos principais instrumentos e das assimetrias existentes no MERCOSUL; o segundo, dividido em três seções, traz avaliações sobre os fluxos comerciais, a pauta de produtos comercializados e os aspectos setoriais e regionais no comércio Brasil — MERCOSUL.

---

## 2 OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS E OBSTÁCULOS DO MERCOSUL<sup>2</sup>

A partir de julho de 1986, com a instituição do Programa de Integração e Cooperação Econômica e, posteriormente, em novembro de 1988, com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, vem sendo firmado o interesse na formação de um espaço econômico comum entre a Argentina e o Brasil.

Em dezembro de 1990, esses dois países estabeleceram, junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI),<sup>3</sup> um acordo de complementação econômica (ACE 14), que regeria as suas relações econômico-comerciais até a criação de uma união aduaneira.<sup>4</sup> Uruguai e Paraguai tornaram-se, em seguida, signatários desses dois acordos, ao promoverem, em 26 de março de 1991, a assinatura do Tratado de Assunção (entre os quatro países), o que criou o MERCOSUL. Este entrou em vigor, oficialmente, em 29 de novembro de 1991.

Com o MERCOSUL, inicia-se uma nova etapa no planejamento da integração econômica na América Latina [Peña (1993, p.124)]. O traço atual desse planejamento é a sua concepção como um instrumento funcional essencialmente voltado para tornar a região capaz de competir em escala mundial, diferentemente dos tratados anteriores,<sup>5</sup> nos quais a integração era concebida para favorecer o crescimento do comércio intralatino-americano, em estreita consonância com a estratégia de substituição de importações.

---

<sup>2</sup> Para mais detalhes ver Mendes (1997).

<sup>3</sup> A ALADI foi criada a partir do Tratado de Montevideu (1980), ainda vigente entre os países da América Latina.

<sup>4</sup> Basicamente, trata-se de uma zona de livre comércio que mantém uma tarifa externa comum em relação a terceiros países.

<sup>5</sup> Tratados de Montevideu — 1960 (Aliança Latino-Americana para o Livre Comércio —ALALC) e Tratado de Montevideu — 1980 (ALADI).

---

Com o intuito de promover o desenvolvimento comercial e econômico dos países-membros do MERCOSUL, mediante a ampliação da oferta de bens e serviços e o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis nos países, várias medidas foram adotadas no sentido de se conseguir, simultaneamente, a liberação de comércio e a difícil tarefa de aproximar as legislações entre os países. Desse modo, foi criado um espaço econômico integrado e de competitividade homogênea [Peña (1993), p127].<sup>6</sup>

Para esse fim, foram definidos, ao longo dos últimos seis anos, acordos setoriais, critérios de uniformização das leis nacionais e regras comuns, com o fim de adaptar os quatro países ao processo de formação de um espaço econômico integrado.

O Cronograma de Las Leñas, aprovado no Encontro de Las Leñas, na Argentina, em junho de 1992, veio contribuir para o avanço da viabilização desse objetivo, ao estabelecer várias medidas para a adequação de políticas comerciais, setoriais e fiscais entre os quatro países, e ao instituir um programa de trabalho<sup>7</sup> que continha medidas a serem adotadas durante o período de transição entre a criação de uma zona de livre comércio e o início de uma união aduaneira.

---

<sup>6</sup> Diversos mecanismos que visam a liberação do intercâmbio comercial intra-regional já foram utilizados na América Latina, sobretudo por meio da adoção da redução tarifária, do estabelecimento de eliminação de outras restrições (inclusive não-tarifárias), e de margens de preferência entre os países. A Preferência Tarifária Regional (PTR), em vigor desde 1984, o Programa de Recuperação e Expansão do Comércio (PREC) e as Listas de Aberturas de Mercados (LAM) são exemplos desses mecanismos. Todos esses instrumentos tiveram papéis efetivos na evolução da integração econômica nessa região, nos anos 80.

<sup>7</sup> Existem grupos técnicos (subgrupos de trabalho) especializados que definem políticas comuns em várias áreas: comunicações, mineração, meio ambiente, indústria e agricultura, entre outros.

---

Assim, durante os primeiros anos da década de 90, diversas medidas foram adotadas para facilitar o intercâmbio de bens e serviços em um âmbito sub-regional no MERCOSUL, tais como: a simplificação de trâmites em fronteiras, as desgravações tarifárias programadas, e a redução programada de listas de exceções de produtos sensíveis a abertura externa, entre outras. O intercâmbio empresarial nessa sub-região se intensificou, e surgiram associações entre empresas, criações de filiais nos países, *joint-ventures*, etc. Adicionalmente, a execução de políticas nacionais de cunho liberalizante provocou mudanças que contribuíram para o expressivo crescimento do comércio intra-regional dessa sub-região latino-americana.

Entre outros, os componentes básicos do acordo definido em Las Leñas — que serviram como instrumentos de liberalização do comércio intrabloco — foram:

- 1) O Programa de Liberação Comercial;
- 2) O Regime de Origem; e
- 3) O Regime de Solução de Controvérsias<sup>\*</sup> e Salvaguardas.

O primeiro consistiu em um regime (linear, automático e progressivo) de reduções e eliminações tarifárias e não-tarifárias, em relação às restrições ao comércio recíproco entre os países-membros, aí incluída a totalidade dos bens e serviços a serem comercializados. Esse mecanismo foi o principal responsável pelo avanço alcançado no intercâmbio comercial entre os países, nos primeiros três anos do MERCOSUL. A redução dos impostos de importação foi aplicada semestralmente, e a partir de um cronograma de diminuição nas alíquotas sobre os produtos comercializados, até que, em 31 de dezembro de 1994, foram

---

\* Protocolo de Brasília, assinado em dezembro de 1990.

---

alcançados os 100% de desgravação.<sup>9</sup> Além disso, listas de exceções também eram previstas no acordo (para produtos considerados especiais pelos países-membros) e especificava-se que os problemas decorrentes do comércio deveriam ser resolvidos caso a caso.

Os certificados de origens foram instrumentos criados para os países-membros beneficiarem-se do programa de liberação de mercadorias, com a segurança de que as mercadorias transacionadas eram produzidas na região.<sup>10</sup> Quando todos os produtos estiverem sujeitos à Tarifa Externa Comum, esse programa será extinto.

Finalmente, as cláusulas de salvaguardas foram aplicadas ao programa de liberação, de modo que as reduções e eliminações tarifárias não viessem a causar danos às indústrias domésticas.

Ao mesmo tempo em que se configurava o livre comércio na região, foi definida, no final de 1994, a TEC, que veio a estabelecer a criação de uma união aduaneira na região. Essa tarifa serve como instrumento de definição da proteção efetiva da região em relação a outros países fora do bloco, e pode ter um papel bastante importante no conjunto da política econômica a ser adotada internamente pelo bloco.<sup>11</sup> A TEC envolve, atualmente, cerca de 85% dos produtos comercializáveis pelo bloco e, até o ano de 2005, deverá envolver integralmente os produtos comercializados pela região. Por enquanto, existem também listas de exceções

---

<sup>9</sup> A alíquota média da estrutura tarifária, por exemplo, está na faixa de 14% atualmente, enquanto que, até 1990, situava-se em torno de 32%; a TEC, por sua vez, mantém uma alíquota média de 13%.

<sup>10</sup> Requisito para cumprimento do Regime de Origem: percentual mínimo de 60%, com o regra geral, de valor regional agregado.

<sup>11</sup> Para uma discussão sobre o papel da TEC, ver Aragão (1993).

---

aplicadas aos produtos, considerados, pelos países, com o de setores especiais ou sensíveis.<sup>12</sup>

O período de transição encerrou-se com a definição da TEC, durante a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, no final de 1994. A partir da sua aprovação nos Congressos nacionais dos países-membros, o MERCOSUL passaria a ter uma personalidade jurídica de direito internacional, com vistas à formação de um mercado comum<sup>13</sup> no Cone Sul da América Latina.

Contudo, a implantação de um mercado comum, num marco de concorrência eqüitativa — para evitar as distorções nas relações entre os países —, vai além dos limites da eliminação tarifária e da determinação de tarifas comuns (como a TEC), e inclui outros elementos de coordenação e harmonização de instrumentos de política econômica comuns.

São necessários diversos mecanismos e instrumentos de harmonizações, convergências ou uniformizações de políticas entre os países. Entre outros, os de natureza legal são de grande relevância, pois sabe-se que será a partir de uma estrutura institucional sólida que o MERCOSUL poderá avançar em termos da sustentabilidade e continuidade do processo, o que propiciará maior garantia à melhoria do bem-estar econômico e social dos seus países-membros.

São necessárias, ainda, medidas que visem compensar as assimetrias profundas existentes entre os países-membros do MERCOSUL, pois estas também criam obstáculos à criação de uma integração mais profunda entre as economias. Sabe-se que as condições sociopolíticas e econômicas dos países-membros do MERCOSUL são bastante distintas, por exemplo, as estruturas produtivas e as de solos e climas, o que estimula especializações

---

<sup>12</sup> Os setores são, basicamente, química, bens de capital e informática.

<sup>13</sup> Trata-se de uma etapa posterior à união aduaneira.

---

na produção de bens e serviços, e formas distintas de inserção de cada país no processo de integração econômica.

Apesar das disparidades e assimetrias entre as economias serem marcantes, e, por isso mesmo, criarem dificuldades ao processo de coordenação e harmonização de políticas comuns a serem adotadas na região, grandes esforços vêm sendo feitos por parte de cada país, no sentido de reduzir tais problemas, a fim de favorecer a criação das bases para a constituição futura de um mercado comum.

Durante o período de liberação comercial, as políticas cambiais, tributárias e tarifárias<sup>14</sup> constituíram, e ainda hoje constituem, assuntos de grande relevância para a integração econômica dos países. Se não forem adequadamente consideradas, podem resultar em sérios conflitos entre os países, ao acarretarem fortes impactos nos custos produtivos e nos níveis de concorrência de cada país, o que irá gerar distorções e dificultará o avanço do intercâmbio comercial, além do próprio processo de integração em si.

Apesar das dificuldades existentes,<sup>15</sup> o intercâmbio comercial no Cone Sul tem revelado extraordinário dinamismo, após a constituição do MERCOSUL. No entanto, a dinâmica comercial intra-bloco desenvolve-se com impactos diferenciados em cada país. Internamente a cada país, ocorrem comportamentos distintos (nas regiões e estados nacionais) advindos do aprofundamento do processo de integração. Nesse sentido, a seguir é feita uma avaliação dos aspectos setoriais e locais do comércio Brasil — MERCOSUL.

---

<sup>14</sup> Para uma discussão mais detalhada sobre a questão fiscal, ver Tombini e Nascimento (1993, p. 20-27), Aragão (1993, p. 69-71) e Cano (1993).

<sup>15</sup> Para mais detalhes sobre as assimetrias no MERCOSUL, ver Aragão (1993).

---

### 3 ASPECTOS PARTICULARES DO COMÉRCIO BRASILEIRO — MERCOSUL

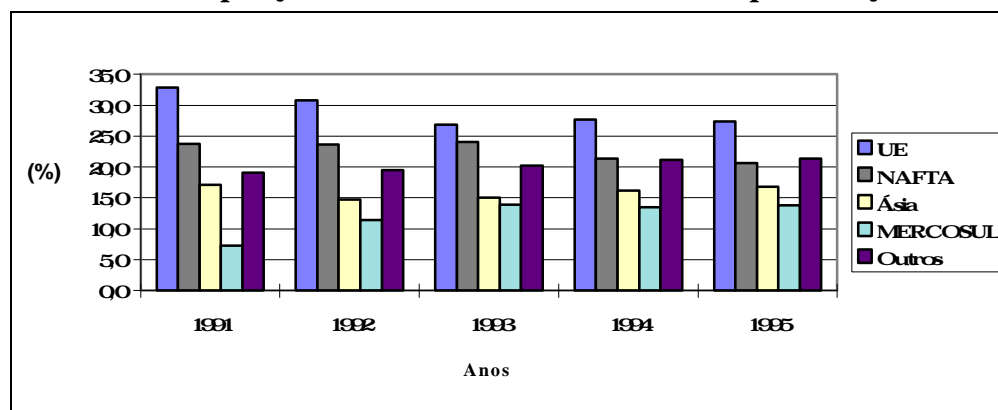
De forma introdutória, será analisado o comportamento dos diversos blocos econômicos mundiais frente ao comércio com o Brasil, antes das considerações acerca do comportamento específico do MERCOSUL e seus efeitos no Brasil. Os dados das exportações (ver tabela 1 e gráfico 1) e importações (ver tabela 2 e gráfico 2) brasileiras para os diversos blocos mundiais demonstram o quadro geral do comércio externo brasileiro.

**TABELA 1**  
**Brasil — Blocos Econômicos**  
**Participação Percentual nas Exportações — 1991/1995**

Blocos	1991	1992	1993	1994	1995
UE	32,8	30,8	26,8	27,7	27,4
NAFTA	23,7	23,6	24,1	21,4	20,6
Ásia	17,1	14,7	15,0	16,2	16,8
MERCOSUL	7,3	11,4	13,9	13,5	13,8
Outros	19,1	19,5	20,2	21,2	21,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Sistema Alice; elaboração: IPEA/DPRU/CGPRE.

**GRÁFICO 1**  
**Blocos Econômicos — Brasil**  
**Participação Percentual nas Exportações**

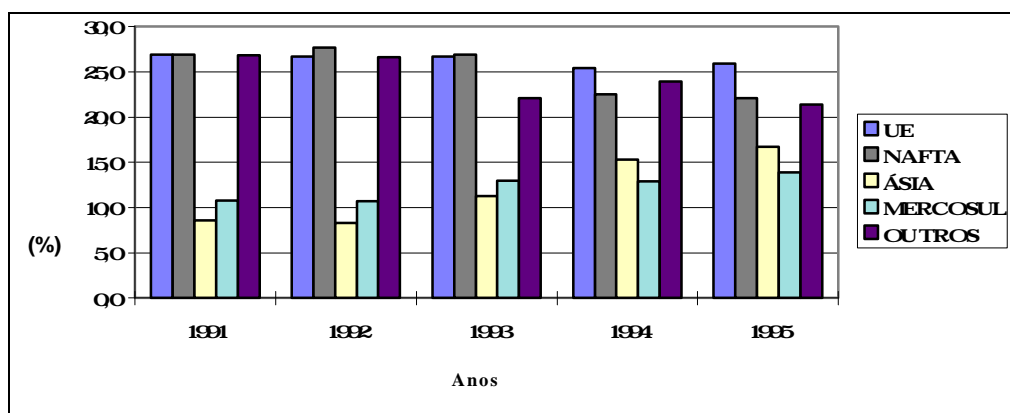


**TABELA 2**  
**Brasil — Blocos Econômicos**  
**Participação Percentual nas Importações — 1991/1995**

Blocos	1991	1992	1993	1994	1995
UE	26,9	26,7	26,7	25,4	25,9
NAFTA	26,9	27,7	26,9	22,5	22,1
Ásia	8,6	8,3	11,3	15,3	16,7
MERCOSUL	10,8	10,7	13,0	12,9	13,9
Outros	26,8	26,6	22,1	23,9	21,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Sistema Alice; elaboração: IPEA/DPRU/CGPRE.

**GRÁFICO 2**  
**Blocos Econômicos — Brasil**  
**Participação Percentual nas Importações**



Os dados demonstram que o Brasil possui maior relacionamento comercial (no total, incluindo importação e exportação) com a UE (União Europeia), sendo que, do lado das importações, o NAFTA tinha a maior participação até 1993.

O MERCOSUL teve maior participação que a Ásia, entre 1991 e 1993, no total das importações do país. Ao mesmo tempo, sua parcela no total aumentou de 7,3% nas exportações e 10,8% nas importações, em 1991 para 13,8% e 13,9%, respectivamente, em 1995. A Ásia, que, entre 1991 e 1992, diminuiu sua participação no total, passou a ter parcelas crescentes a partir de 1993, e alcançou, em 1995, 16,8% e 16,7%, no total das exportações e importações, respectivamente.

Como os dados anteriores sugerem, as estratégias comerciais externas do Brasil podem ser compreendidas em vários níveis de importância. Naturalmente, os blocos de países da União Europeia e do NAFTA constituem maiores interesses es-

tratégicos para o país, devido ao maior volume de comércio envolvido. Esse comportamento revela, conseqüentemente, a dimensão do papel comercial de cada região ou estado do país em relação a esses blocos.

Ao mesmo tempo, o MERCOSUL vem firmando-se como um mercado estratégico importante para o Brasil nos últimos anos e, assim, é preciso avaliar de que forma as regiões e estados brasileiros estão se comportando diante do processo de formação e consolidação desse bloco.

Para discutir em maior detalhe essa observação, as seções seguintes tratarão do intercâmbio comercial entre o Brasil e os demais países do MERCOSUL, para avaliar os avanços comerciais a partir de uma análise da composição da pauta de produtos comercializados, e também considerar os aspectos setoriais e locacionais do comércio, ou seja, os comportamentos dos principais setores e das diversas regiões e estados brasileiros envolvidos nesse comércio.

### 3.1. O Intercâmbio Comercial

O dinamismo do MERCOSUL tem sido demonstrado, basicamente, pela ampliação do intercâmbio de produtos entre os países. A tabela 3, a seguir, mostra a evolução comercial intra e extrabloco, e as relações existentes entre estes, mais as relações entre o comércio intrabloco e o comércio total, promovidas durante o período 1989/1994.

**TABELA 3**  
**Fluxo Anual de Comércio Intra e Extramercosul**  
**1989—1994**

	(Em US\$ milhões)					
Fluxo Anual	1989	1990	1991	1992	1993	1994
1. IntraMERCOSUL	3 712	4	5	7 215	10	11
2. ExtraMERCOSUL	42	42	40	43	44	50
	881	291	830	232	217	092
3. Intra/Extra	8,7	9,8	12,5	16,7	22,7	23,8
4. Intra/Total	8,0	8,9	11,1	14,3	18,5	19,2

Fonte: Garriga e Sanguinetti, in Chaloulte e Hillcoat (1996).

Não obstante o nível de comércio intrabloco ser ainda bastante inferior ao extrabloco, os dados mostram o crescimento da parcela intrabloco em relação à extrabloco (de 8,7% para 23,8%); o mesmo aconteceu em relação ao total, que passou de 8,0% para 19,2%. Isso sugere, portanto, uma dinâmica comercial (interna ao MERCOSUL)<sup>10</sup> muito positiva, a qual precisa ser melhor avaliada quanto às implicações observadas no interior de cada país.

Na tabela 4 estão dispostos os dados do comércio do Brasil com os três países do MERCOSUL, inclusive um a um, para o período 1990—1996.

**TABELA 4**  
**Intercâmbio Comercial Brasil—MERCOSUL**  
**1990—1996**

(Em US\$ 1.000.000 FOB)

A nos		Arg.	Par.	Uru.	MERCOSUL (1)	Total Br (2)	(%) (1/2)	
1990	Exp.	645	380	295	1320	31414	4,2 0	
	Imp.	1	333	587	2320	20661	11,2 3	
1991	Exp.	400	1	496	337	2309	31620	7,30
	Imp.	476	1	220	434	2268	21041	10,7 8
1992	Exp.	615	3	543	514	4097	35793	11,4 5
	Imp.	040	1	187	341	2250	20	10,9 4
1993	Exp.	721	3	952	775	5387	554	38
	Imp.	659	2	273	429	3334	704	25
1994	Exp.	633	4	1	732	5921	695	43
	Imp.	136	3	054	569	4583	544	33079
1995	Exp.	662	4	1	812	6154	46	506
	Imp.	041	5	301	737	6839	49	858
1996	Exp.	588	5	1	811	7305	47746	15,3 0
	Imp.	170	6	551	932	8258	53285	15,5 0

Fonte: Sistema Alice e Boleim Conjuntural do MERCOSUL. Elaboração:  
IPEA/DPRU/CGPRE.

<sup>10</sup> Como observou Izam (1997, p.10), o crescimento do comércio recíproco (exportações) no MERCOSUL — 22% a.a. na década de 90 (1990—1994) — significa uma superação do nível dos anos 70 (17,1%), e assinala um comércio bastante dinâmico a partir do início dos anos 90.

Percebe-se, primeiramente, que a balança comercial entre o Brasil e o MERCOSUL apresenta superávit no período 1991—1994, e déficit nos demais anos. Enquanto isso, os balanços comerciais do Brasil revelam superávits com a Argentina no período 1992—1994, superávits com o Paraguai em todos os anos considerados, e superávit com o Uruguai no período 1992 — 1995. Pode-se perceber, portanto, que os déficits brasileiros, a partir de 1995, foram devidos, fundamentalmente, aos resultados negativos em suas relações com a Argentina.

No período 1990—1996, as exportações do Brasil para o MERCOSUL cresceram 453,4%, enquanto que suas importações cresceram 256%. Os dados demonstram, ainda, que a Argentina é o país que detém a maior participação no comércio total do Brasil, no MERCOSUL: em torno de 4/5 do total do bloco. Finalmente, a participação do MERCOSUL no comércio externo total do país é crescente: as exportações passaram de 4,2%, em 1990, para 15,3%, em 1996, enquanto que as importações passaram de 11,2% para 15,5%, no mesmo período.

Apesar de relevante, o dinamismo do MERCOSUL não diz respeito apenas aos avanços comerciais ocorridos. De maneira geral, os aspectos vinculados à análise do comportamento comercial, tendo como base os fluxos comerciais, indicam maior presença de elementos conjunturais que estruturais, e não revelam os comportamentos dos diversos setores econômicos e tipos de produtos envolvidos nesse comércio.

Para avançar na compreensão desses elementos, é realizado o estudo da composição da pauta comercial e dos principais setores envolvidos no comércio. Tal aspecto será considerado na seção a seguir.

### 3.2 As Pautas de Exportação e Importação

O Brasil é um país que apresenta uma estrutura produtiva diversificada que, conseqüentemente, determina uma característica própria à construção de sua pauta comercial ex-

terna. O comércio do Brasil junto ao MERCOSUL apresenta, no entanto, suas particularidades.

A acompanhando os dados referentes aos principais grupos de produtos comercializados entre o Brasil e os demais países do MERCOSUL, percebe-se, de maneira geral, que suas pautas de exportações e importações apresentam composições distintas em relação aos produtos intercambiados.

A tabela 5 mostra os dados de participação dos grupos de produtos exportados pelo Brasil aos demais países do MERCOSUL, referentes ao período 1992—1996.

**TABELA 5**  
**Exportação de Produtos Brasil — MERCOSUL**  
**Participação Percentual no Total — 1992/1996**

Pauta de Produtos\Estados	1992	1993	1994	1995	1996
1. Animais vivos e prod. do reino animal (cap. 1 a 5)	2,58	2,50	1,82	1,50	1,78
2. Prod. do reino vegetal (cap. 6 a 14)	2,37	2,23	2,32	2,98	2,64
3. Gorduras/óleos—origem animal/vegetal (cap. 15)	0,10	0,12	0,15	0,26	0,27
4. Prod. ind. alimentos, bebidas e fumo (cap. 16 a 24)	5,00	6,02	7,20	8,24	7,41
5. Prod. minerais (cap. 25 a 27)	3,72	5,34	5,56	3,95	3,38
6. Prod. ind. química ou ind. conexas (cap. 28 a 38)	8,14	8,84	9,58	12,29	11,35
7. Plástico, borrachas e suas obras (cap. 39 e 40)	7,44	7,79	8,39	8,76	8,44
8. Peles, couros e suas obras (cap. 41 a 43)	0,18	0,14	0,13	0,10	0,12
9. Madeira e suas obras (cap. 44 a 46)	0,61	0,80	0,81	0,63	0,57
10. Papel e suas obras (cap. 47 a 49)	4,13	4,88	3,96	4,80	4,43
11. Matérias têxteis e suas obras (cap. 50 a 63)	5,67	5,73	5,04	5,03	5,58
12. Calçados/chapéus/artefatos (cap. 64 a 67)	0,72	0,88	0,83	0,88	0,93
13. Obras de gesso, cerâmica, etc. (cap. 68 a 70)	1,63	2,02	1,91	1,93	1,93
14. Pedras preciosas e bijuterias (cap. 71)	0,02	0,03	0,06	0,05	0,04
15. Metais comuns e suas obras (cap. 72 a 83)	12,41	9,56	10,18	10,35	9,03
16. Máq. e eletroeletrônicos (cap. 84 e 85)	17,10	19,16	18,75	18,00	19,52
17. Material de transporte (cap. 86 a 89)	26,24	21,83	20,84	18,16	20,61
18. Inst. e aparelhos de ótica (cap. 90 a 92)	0,68	0,63	0,76	0,66	0,55
19. Armas e munições (cap. 93)	0,14	0,10	0,17	0,18	0,13
20. Prod. diversos (cap. 94 a 96)	1,10	1,40	1,54	1,23	1,27
21. Objetos de arte (cap. 97 a 99)	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Sistema Allice; elaboração: CGPR/DPRU/YPEA.

Os principais grupos de produtos de exportação do país para o MERCOSUL, em ordem decrescente, no ano de 1996, foram: 1<sup>o</sup>) material de transportes (20,6%); 2<sup>o</sup>) máquinas e aparelhos eletroeletrônicos (19,5%); 3<sup>o</sup>) produtos da indústria química (11,3%); 4<sup>o</sup>) produtos metalúrgicos (metais comuns e suas obras — 9%); 5<sup>o</sup>) plástico, borrachas e suas obras (8,4%); 6<sup>o</sup>) produtos da indústria alimentar e bebidas (7,4%); e 7<sup>o</sup>) materiais têxteis

(5,6%). A soma dessas parcelas dos grupos de produtos representa quase 82% do total exportado pelo Brasil.

As principais alterações nas participações dos principais grupos de produtos, no período 1992 — 1996, foram as seguintes: materiais de transportes e metais comuns diminuíram suas participações desde 1992, quando chegaram a representar 26,2% e 12,4%, respectivamente, do total exportado; máquinas e equipamentos eletroeletrônicos e produtos da indústria química, por outro lado, aumentaram suas participações a partir de 1992, quando as parcelas percentuais foram de 17,1% e 8,1% do total, respectivamente; materiais têxteis mantiveram sua participação em torno de 5,5%; e produtos da indústria de alimentos aumentaram sua participação de 5% para 7%, no total exportado.

Do lado das importações, a tabela 6 mostra os dados dos principais grupos de produtos provenientes dos países do MERCOSUL e importados pelo Brasil. Nesse caso, revela-se uma composição bastante distinta da do caso anterior.

**TABELA 6**  
**Importação de Produtos Brasil — MERCOSUL**  
**Participação Percentual no Total — 1992/1995**

Pauta de Produtos\Estados	1992	1993	1994	1995
1. Animais vivos e prod. do reino animal (cap. 1 a 5)	9,60	3,87	5,37	10,34
2. Prod. do reino vegetal (cap. 6 a 14)	37,18	39,35	31,38	27,15
3. Gorduras/óleos de origem animal/vegetal (cap. 15)	2,72	3,09	2,76	4,34
4. Prod. ind. alimentos, bebidas e fumo (cap. 16 a 24)	1,53	1,34	0,88	1,85
5. Prod. minerais (cap. 25 a 27)	2,71	5,27	15,77	13,46
6. Prod. ind. química ou ind. conexas (cap. 28 a 38)	8,53	7,46	5,03	4,37
7. Plástico, borrachas e suas obras (cap. 39 e 40)	3,40	4,14	3,12	3,36
8. Peles, couros e suas obras (cap. 41 a 43)	5,91	4,92	3,73	2,71
9. Madeira e suas obras (cap. 44 a 46)	0,97	1,05	0,95	0,67
10. Papel e suas obras (cap. 47 a 49)	1,07	0,75	0,33	0,37
11. Matérias têxteis e suas obras (cap. 50 a 63)	11,06	9,58	8,28	8,49
12. Calçados/chapéus/artefatos (cap. 64 a 67)	0,12	0,05	0,04	0,11
13. Obras de gesso, cerâmica, etc. (cap. 68 a 70)	0,75	0,56	0,54	0,53
14. Pedras preciosas e bijuterias (cap. 71)	0,01	0,00	0,01	0,00

15. Metais comuns e suas obras (cap. 72 a 83)	2,18	1,56	1,31	1,19
16. Máq. e eletroeletrônicos (cap. 84 e 85)	6,68	6,49	5,87	5,49
17. Material de transporte (cap. 86 a 89)	4,88	10,09	14,33	15,11
18. Inst. e aparelhos de ótica (cap. 90 a 92)	0,40	0,26	0,16	0,13
19. Armas e munições (cap. 93)	0,00	0,00	0,01	0,01
20. Prod. diversos (cap. 94 a 96)	0,33	0,17	0,14	0,32
21. Objetos de arte (cap. 97 a 99)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Sistema Alice; elaboração: CGPR / DPRU / IPEA.

Os grupos de produtos que detêm as maiores participações, em ordem decrescente, no ano de 1994, são os seguintes: 1º) produtos de origem vegetal (27,2%); 2º) material de transportes (15,1%); 3º) produtos minerais (13,5%); 4º) animais vivos e produtos de origem animal (10,3%); 5º) material têxtil (8,5%); e 6º) máquinas e aparelhos eletroeletrônicos (5,5%). A soma dessas participações alcança 80,1% do total das importações brasileiras do MERCOSUL.

Os grupos de produtos que apresentaram aumento de participação, comparando-se 1991 e 1994, foram: material de transporte (de 4,9 para 15,1%); produtos minerais (de 2,7% para 13,5%); e animais vivos e produtos do reino animal (apesar da queda nos anos de 1993 — 1994, sua participação passou de 9,6% para 10,3%).

Os demais grupos considerados tiveram queda em suas participações, no período abordado: produtos de origem vegetal (de 37,2% para 27,2%); materiais têxteis (de 11,1% para 8,5%); e máquinas e aparelhos eletroeletrônicos (de 6,7% para 5,5%).

Conclui-se que, de forma geral, existe especialização no âmbito do comércio intramercosul. De um lado, o Brasil exporta, predominantemente, produtos manufaturados; por outro lado, as importações brasileiras revelam a predominância de produtos primários ou semi-elaborados advindos dos demais países do bloco.

Ao mesmo tempo, é possível perceber uma complementaridade entre alguns grupos de produtos transacionados, pois há setores semelhantes nas duas pautas, tais como o material de transporte,

materiais têxteis e máquinas e aparelhos eletroeletrônicos, apesar de que, para algumas áreas,<sup>17</sup> não se revelam relações claras de complementaridade ou concorrência entre os países, devido à forma de desagregação considerada.

Esses resultados sugerem crescimento no comércio intra-indústria<sup>18</sup> entre os países (o qual compreende formas de complementações entre as estruturas produtivas nacionais), e evolução do intercâmbio de produtos (associada às características produtivas específicas nacionais).

A predominância de certos produtos/grupos de produtos nas pautas refletem a importância de determinados setores produtivos nacionais que, conseqüentemente, promovem, devido às suas localizações, efeitos maiores em determinadas regiões brasileiras. Para mostrar uma visão geral sobre esses aspectos, na próxima seção são feitas avaliações sobre os principais setores envolvidos e os aspectos relacionados ao comportamento dos estados ou regiões brasileiras no comércio com o MERCOSUL.

### 3.3 Aspectos Setoriais e Regionais do Comércio

A análise dos fluxos de comércio e da pauta de produtos comercializados é insuficiente para a identificação dos efeitos globais do MERCOSUL no país, apesar da sua importância na observação de fenômenos relacionados à variação e evolução da pauta e do comércio, à participação de grupos de produtos (diversificação da pauta), e ao comportamento do balanço de pagamentos, entre outros.

---

<sup>17</sup> O comércio intra-regional desenvolve-se em torno de uma pauta de produtos que sinalizam, conseqüentemente, os principais setores produtivos envolvidos nesse comércio.

<sup>18</sup> Aqui entendido como um comércio em que ocorre exportação e importação de produtos dos mesmos segmentos produtivos. Para maiores detalhes, ver Lucángeli (1995).

---

Assim, as considerações sobre os aspectos regionais e setoriais do comércio do Brasil com os demais países do MERCOSUL permitem avançar na identificação dos distintos comportamentos das regiões e estados brasileiros, e dos principais setores produtivos envolvidos no comércio com o bloco. Pode-se, a partir daí, fazer avaliações sobre: i) as condições gerais dos setores no contexto da estrutura produtiva regional do país; ii) o comportamento de cada setor diante da evolução desse comércio; iii) o modo pelo qual a evolução do intercâmbio comercial de produtos pode refletir-se na estrutura produtiva interna local; e iv) a participação de cada região ou estado no comércio.

Ao mesmo tempo, esse tipo de análise contribui para a definição de políticas ou estratégias setoriais e espaciais, na medida em que, ao se identificarem os diferentes comportamentos, sejam dos setores, sejam das regiões ou estados, são alcançados indicadores úteis para a criação de condições que auxiliem os produtores nacionais a competirem no espaço econômico integrado. Isso pelo fato de que se, de um lado, a política comercial, quando praticada por meio de diferentes instrumentos de proteção, pode gerar custos de transferência de rendas em favor dos setores econômicos, por outro lado, a depender do tipo de instrumento de proteção utilizado, os custos gerados recaem diferenciadamente sobre os consumidores e nas indústrias locais.

Assim, é particularmente importante realizar a análise dos comportamentos das regiões e dos principais setores envolvidos no comércio com o MERCOSUL.

### 3.3.1. Aspectos Regionais

A experiência em torno da formação de blocos econômicos no mundo evidencia que os ganhos advindos desse processo não se transmitem com a fluidez esperada no espaço territorial dos países envolvidos, nem de forma imediata para todos os grupos sociais e econômicos.

---

Assim como existem diferenças marcantes entre os países do MERCOSUL, o mesmo acontece internamente a cada país, entre as diversas regiões e estados nacionais. No caso do Brasil, já existem, desde muito tempo, graves desequilíbrios regionais internos, os quais induzem questionamentos sobre se, com o MERCOSUL, essa situação é mantida, se acentuam-se ou amenizam-se as desigualdades, e se o saldo da integração será positivo para as diversas regiões do país.

Nesse sentido, a análise do comportamento dos estados brasileiros, em termos do valor comercializado e percentual de participação das exportações e importações (tabelas 7 e 8, respectivamente) com o MERCOSUL, é um ponto de partida importante.

**TABELA 7**  
**Exportações — Valor e Participação — 1992/1996**  
**Estados/Regiões do Brasil — MERCOSUL**

Estados/Regiões	(Em US\$ 1000 FOB)									
	1992	(%)	1993	(%)	1994	(%)	1995	(%)	1996	(%)
Norte	56 799	1,39	75 102	1,40	41 802	0,71	53 322	0,89	63 592	0,88
AC	-	-	18 000	0,00	-	-	2 000	0,00	36 000	0,00
RO	12 590	0,03	22 700	0,04	25 540	0,04	23 610	0,04	30 770	0,04
AM	34 496	0,84	32 787	0,61	15 034	0,26	21 843	0,36	37 413	0,52
PA	20 983	0,51	38 158	0,71	21 624	0,37	26 982	0,45	21 624	0,30
AP	61 000	0,00	18 700	0,03	25 790	0,04	2 132	0,04	14 380	0,02
RR	0 000	0,00	0 000	0,00	11 000	0,00	1 000	0,00	-	-
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	3 000	0,00
Nordeste	197 848	4,84	234 501	4,38	321 256	5,48	420 711	6,99	482 188	6,65
MA	18 726	0,46	27 467	0,51	34 530	0,59	38 371	0,64	50 291	0,69
PI	490	0,01	599	0,01	411	0,01	1 351	0,02	739	0,01
CE	11 698	0,29	27 067	0,51	30 737	0,52	43 220	0,72	51 387	0,71
RN	2 389	0,06	3 432	0,06	2 134	0,04	2 450	0,04	4 592	0,06
PB	844	0,02	2 775	0,05	3 136	0,05	7 091	0,12	4 224	0,06
PE	21 658	0,53	25 482	0,48	44 593	0,76	36 664	0,61	40 293	0,56
AL	479	0,01	998	0,02	12 002	0,20	617	0,01	8 569	0,12
SE	4 429	0,11	4 864	0,09	3 754	0,06	3 799	0,06	13 845	0,19
BA	137 135	3,36	14 181	2,65	189 959	3,24	287 148	4,77	308 249	4,25
C.Oeste	30 422	0,74	38 062	0,71	38 391	0,66	62 143	1,03	77 960	1,08
MT	4 473	0,11	5 645	0,11	2 902	0,05	3 374	0,06	8 065	0,11
MS	16 160	0,40	12 419	0,23	15 603	0,27	35 424	0,59	47 127	0,65
GO	9 784	0,24	19 983	0,37	19 882	0,34	23 343	0,39	22 751	0,31

DF	5 0,00		16 0,00		4 0,00		2 0,00		17 0,00	
Sudeste	3 009 206	73,62	3 750 547	70,00	4 103 250	70,05	4 123 487	68,47	4 902 460	67,61
SP	2 153 52,6		2 707 50,5		3 046 52,0		3 160 52,4		3 949 54,4	
	082	8	698	3	028	0	970	8	246	6
RJ	270 6,63		365 6,83		377 154 6,44		317 5,27		308 4,25	
	906		907				236		043	
ES	58 1,43		77 194 1,44		131 291 2,24		157 2,61		120 1,66	
	284						404		540	
MG	526 12,8		599 11,19		548 776 9,37		487 8,10		524 7,23	
	935	9	748				877		630	
Sul	793 015	19,40	1 260 070	23,52	1 353 179	23,10	1 363 031	22,63	1 725 346	23,79
PR	225 5,53		362 361 6,76		360 6,15		337 5,61		451 623 6,23	
	964				282		659			
SC	192 4,70		290 5,42		288 4,93		315 5,24		377 860 5,21	
	008		457		560		507			
RS	375 9,18		607 11,33		704 337 12,0		709 11,79		895 12,35	
	044		252		2		864		863	
Total	4 087 289	100,00	5 358 283	100,00	5 857 877	100,00	6 022 694	100,00	7 251 546	100,00

Fonte: Sistema Allice; elaboração: IPEA/DPRU/CGPR.

As regiões do Brasil onde, naturalmente, concentram-se as maiores atenções no âmbito desse comércio — devido à proximidade e à capacidade produtiva — são as do Sul e Sudeste. Porém, a análise dos dados demonstra que os efeitos do MERCOSUL nas regiões foge a uma visão simplista do comércio, e, por isso, devem ser considerados relativos.

**TABELA 8**  
**Importações Estados do Brasil — MERCOSUL**  
**1991 — 1995**

Estados/Regiões	(Em US\$ 1000 FOB)									
	1991 (%)	1992 (%)	1993 (%)	1994 (%)	1995 (%)	1991 (%)	1992 (%)	1993 (%)	1994 (%)	1995 (%)
Norte	22 033	0,98	27 580	1,24	26 034	0,77	31 708	0,69	48 341	0,70
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	278 0,01		65 0,00		-		13 0,00		596 0,01	
AM	6 136 0,27		8 120 0,36		6 685 0,20		9 683 0,21		15 767 0,23	
PA	15 619 0,70		19 0,86		19 0,57		22 012 0,48		31 84 0,46	
			254		345				6	
AP	-	-	-	-	4 0,00		-	-	102 0,00	
RR	-	-	-	-	-		-	-	30 0,00	
TO	-	-	-	-	-		-	-	-	
Nordeste	183 147	8,17	164 359	7,37	292 424	8,64	332 441	7,24	508 706	7,39
MA	3 868 0,17		6 198 0,28		8 082 0,24		7 545 0,16		10 80 0,16	
									8	
PI	3 698 0,16		3 266 0,15		2 563 0,08		4 481 0,10		3 945 0,06	
CE	22 1,01		25 1,15		61 1,81		88 00 1,92		151 80 2,21	
	544		597		130		4		9	
RN	897 0,04		6 213 0,28		3 295 0,10		6 645 0,14		11 573 0,17	
PB	16 0,75		16 0,76		34 1,02		34 0,75		33 32 0,48	
	750		835		339		395		4	
PE	70 772 3,16		68 3,06		116 3,43		114 2,49		151 54 2,20	
			223		183		555		3	
AL	11 0,51		5 995 0,27		15 0,45		20 758 0,45		23 63 0,34	
	380				350				4	
SE	831 0,04		2 744 0,12		6 496 0,19		13 988 0,31		19 336 0,28	

BA	52 2,34	29 1,31	45 1,33	42,07	0,92	102,73	1,49
C.Oeste	407 45 970	306 32 703	028 60 442	0	1,79	92 860	5 104 901
MS	6 823 0,30	11 395 0,51	30 0,91	33 0,73	24 0,36	800 580	986
MT	-	153 0,01	577 0,02	1 914 0,04	3 519 0,05		
GO	25 1,16	17 767 0,80	28 0,84	54 1,73	1,18	67 347 0,98	
DF	940 13 0,59	3 388 0,15	694 0,02	3 193 0,07	9 049 0,13		
Sudeste	207 1 178 663	52,56 1 221 777	54,79 1 951 903	57,70 2 604 635	56,70 4 144 110	60,21	
SP	80736,0 943 3	84237,7 590 9	140441,5 892 3	187540,8 763 3	298643,3 538 9		
RJ	1908,49 338	1567,01 205	1454,29 194	2224,84 290	4226,15 982		
ES	954,26 610	642,87 032	1303,86 608	2906,32 449	3925,71 910		
MG	847713,78	1587,13 950	2718,02 209	2164,71 133	3414,96 681		
Sul	812832 36,24	783337 35,13	1052038 31,10	1531944 33,35	2076346 30,17		
PR	1396,24 844	1416,36 862	1895,59 181	3367,32 177	4837,03 717		
SC	1265,63 260	1305,84 301	1303,86 473	2766,02 733	3995,80 446		
RS	54624,3 728 8	51122,9 173 3	73221,6 384 5	91920,0 034 1	119317,3 183 4		
Total	2242646 100,00	2229755 100,00	3382841 100,00	4593588 100,00	6882404 100,00		

Fonte: Sistema Alice; elaboração: IPEA/DPRU/CGPR.

No caso das exportações (tabela 7), é possível perceber o crescimento das participações das regiões Nordeste e Centro-Oeste nas exportações totais do país: a primeira, de 4,84% em 1992, alcançou 6,65% em 1996; a segunda, de 0,74% em 1992, alcançou 1,08% em 1996. A região Norte perde participação (de 1,4%, para 0,9%, no período), e a região Sul mantém participação em torno de 23,5%. A região Sudeste, apesar de diminuir sua participação ao longo do período, ainda a mantém próxima a 70%.

Quanto aos estados, destacam-se: Amazonas e Pará, na região Norte; Bahia, na região Nordeste; Mato Grosso do Sul e Goiás, na região Centro-Oeste; São Paulo (com mais de 50% do total do país), na região Sudeste; e Rio Grande do Sul, na região Sul.

No caso das importações, a situação é distinta em relação aos patamares de participações das regiões, com o pode-se perceber a partir dos dados da tabela 8.

No período 1992 — 1995, ocorre um aumento da participação percentual da região Sudeste nas

importações totais do país. Este é crescente, exceto em 1994, e alcança, em 1995, valor acima de 60% do total de importações. A região Sul teve participação decrescente (exceto pelo aumento em 1994), e alcançou 30% do total, em 1995. A região Nordeste mantém uma parcela em torno dos 7,3%, nos anos de 1992, 1994 e 1995 (8%, nos anos de 1991 e 1993). Finalmente, as regiões Norte e Centro-Oeste mantêm os seus patamares nas faixas de 0,7% a 1,2%, e de 1,5% a 2%, respectivamente.

Quanto aos estados, os destaques são: Pará, na região Norte; Pernambuco e Ceará, na região Nordeste; Goiás, na região Centro-Oeste; São Paulo, na região Sudeste (em 1996, sua participação chega a 43% do total do país); e Rio Grande do Sul, na região Sul.

Assim, ao se considerar o comércio em termos regionais, é possível perceber a predominância das regiões Sul e Sudeste, com quase 90% de participação nos totais exportados e importados do país, enquanto que a região Nordeste tem a terceira maior participação, com taxas variando entre 7 e 8%. Em relação aos estados, é também clara a predominância dos estados do Sul e Sudeste: São Paulo, seguido do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná.

Contudo, é possível perceber uma participação significativa da Bahia nas exportações, com taxas maiores que o Espírito Santo e igual, em 1996, à do Rio de Janeiro. Quanto às importações, Pernambuco e Ceará têm participações importantes, inclusive com taxas superiores a Minas Gerais em 1995. É também importante considerar a dinâmica de participação dos estados ao longo do tempo, a qual pode dar subsídios para a identificação dos diferentes tipos de inserções e reações diante do processo de integração.

É importante considerar que esse comportamento desigual entre as regiões e estados relaciona-se com a histórica desigualdade de participação das regiões (inclusive setoriais) no PIB brasi-

---

leiro. Estimativas feitas pelo IPEA revelam, para 1995, que as regiões Sudeste e Sul compreendem quase 75% do PIB nacional — 57,6% e 17,2%, respectivamente — enquanto que as demais regiões compreendem apenas 25% do total (Nordeste, 13,4%; Centro-Oeste, 7,1%; e Norte, 4,6%).<sup>19</sup>

Outra observação importante é a possibilidade de que uma parcela dos valores representados, nos estados da região Sul e Sudeste, compreenda produtos transformados ou os próprios produtos (reexportados) advindos de outros estados e regiões, devido ao fato de portos e pontos de exportações importantes localizarem-se naquelas regiões. Os dados do comércio externo, portanto, subvalorizam os valores de produtos comercializados por alguns estados, porque não é considerado o comércio interestadual.

Portanto, os resultados anteriores indicam que, apesar da predominância das regiões ou estados próximos aos países do MERCOSUL, ocorrem impactos, em intensidades distintas, que são independentes da proximidade ou do grau de desenvolvimento da base produtiva local.<sup>20</sup> Com isso, tais impactos devem ser considerados em uma perspectiva local, que leve em conta o padrão da estrutura produtiva e a dinâmica própria do comércio dos estados ou regiões. Assim, alguns aspectos sobre os principais grupos de produtos e setores envolvidos no comércio com o MERCOSUL (e sua distribuição espacial no país) serão tratados a seguir.

---

<sup>19</sup> Em termos de participações nos totais setoriais do país, as regiões Sudeste e Sul detêm, respectivamente: 68,5% e 18,3% do produto industrial; 59,2% e 15% do total de serviços; e 38,3% e 23% do produto agropecuário. Para a indústria, serviços e agropecuária, respectivamente, os percentuais para as demais regiões são: a) Nordeste: 7,9%, 12,7% e 22,9% (próximo ao Sul); b) Centro-Oeste: 2%, 9,5% e 7,6%; e c) Norte: 8,2%, 3,6% e 3,3%. Os diferenciais entre as regiões persistem ainda em outros indicadores, tais como a produtividade e o PIB *per capita*, entre outros.

<sup>20</sup> No entanto, custos de transporte são fatores importantes, pois afetam os preços dos produtos comercializados.

---

**3.3.2 A Pauta de Exportação Regionalizada**

Como se discutiu anteriormente, a pauta comercial externa brasileira apresenta especificidades em relação ao intercâmbio com o MERCOSUL, que podem ser atribuídas à existência de diferentes estruturas produtivas entre os países. Da mesma forma, do ponto de vista do Brasil, a pauta de produtos comercializados com o bloco está associada a uma distribuição regional ou estadual dos setores produtivos.

Assim, no âmbito do MERCOSUL, cada estado ou região do país apresenta pautas de produtos exportados e importados compostas de forma bastante diferenciada entre si. Assim, torna-se especialmente importante discutir os seus comportamentos específicos.

Nas tabelas 9 e 10, a seguir, estão dispostos os índices de participações dos oito grupos de produtos mais importantes das pautas de exportação e importação, respectivamente, de cada região e estado do país.

**TABELA 9**  
**Principais Grupos de Produtos por Estados**  
**Exportação — Percentual de Participação Nacional e Regional/1996**

	A		B		C		D		E		F		G		H	
	Nac.	Reg.	Nac.	Reg.	Nac.	Reg.	Nac.	Reg.	Nac.	Reg.	Nac.	Reg.	Nac.	Reg.	Nac.	Reg.
Norte	1,86	100,00	4,11	100,00	0,27	100,00	9,17	100,00	0,03	100,00	1,86	100,00	0,56	100,00	0,58	100,00
AC	-	-	-	-	-	-	0,09	0,94	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	0,73	39,21	-	-	0,06	22,70	0,06	0,06	0,17	1,86	100,00	0,56	99,30	0,58	99,83	
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	0,04	2,28	-	-	-	-	6,73	73,33	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	0,87	46,74	4,01	97,55	0,20	177,30	2,30	25,06	0,03	98,44	-	-	0,00	0,70	0,00	0,66
AP	0,22	11,77	0,10	2,45	-	-	-	-	0,00	1,38	-	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	8,49	100,00	1,22	100,00	22,77	100,00	0,02	100,00	14,80	100,00	7,80	100,00	2,75	100,00	0,01	100,00
MA	-	-	-	-	5,55	24,36	-	-	0,94	6,32	0,03	0,36	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	0,00	0,02	-	-	0,04	0,28	-	-	-	-	-	-
CE	0,07	0,86	0,01	0,77	0,02	0,11	-	-	10,14	168,55	0,30	3,88	0,13	4,74	0,01	100,00
RN	0,09	1,06	0,10	7,82	0,02	0,07	-	-	0,70	4,74	-	-	-	-	-	-
PB	0,00	0,05	-	-	-	-	-	-	0,31	2,08	0,00	0,04	0,00	0,00	-	-
PE	0,00	0,10	0,00	0,40	0,00	0,30	-	-	0,77	5,20	0,80	10,31	4,55	2,00	-	-

AL	0,49	5,79	-	-	0,38	1,67	-	-	0,14	0,93	-	-	0,01	0,29	-	-
SE	0,00	0,01	-	-	1,119	4,82	0,00	100,00	1,132	7,66	-	-	-	-	-	-
BA	7,824	92,14	1,119	90,94	15,60	68,52	-	-	0,62	4,22	6,66	85,43	1,164	42,29	-	-
Centro-Oeste	4,07	100,00	11,25	100,00	0,08	100,00	2,85	100,00	0,06	100,00	0,40	100,00	0,03	100,00	0,01	100,00
MT	0,159	3,69	-	-	0,00	0,74	2,68	94,19	-	-	0,00	0,02	-	-	0,00	1,220
MS	0,39	9,70	10,74	95,45	0,02	25,28	0,162	5,62	-	-	0,379	2,700	13,03	0,09	0,01	98,78
GO	3,52	86,61	0,51	14,55	0,06	73,98	0,01	0,09	0,06	100,00	0,03	7,250	0,33	85,13	-	-
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	1,780	-	-
Sudeste	64,26	100,00	66,37	100,00	60,87	100,00	11,37	100,00	53,85	100,00	75,55	100,00	68,12	100,00	89,45	100,00
SP	56,40	87,78	8,157	12,27	48,21	79,19	11,01	96,83	45,06	83,68	35,89	47,50	64,21	94,26	81,36	90,95
RJ	2,06	3,20	11,28	17,00	17,80	10,87	0,156	1,312	3,43	11,35	14,14	2,190	1,10	0,18	0,20	-
MG	3,675	7,02	1,55	32,46	1,552	2,55	0,211	1,866	2,25	11,52	26,35	31,24	13,53	7,918	18,84	-
ES	2,134	3,312	5,38	0,20	0,40	-	-	0,22	0,42	1,662	2,20	0,01	0,01	0,00	0,00	-
Sul	21,32	100,00	17,03	100,00	16,01	100,00	76,59	100,00	31,26	100,00	14,39	100,00	28,53	100,00	9,95	100,00
PR	5,30	24,85	16,25	95,41	4,14	25,85	47,41	61,90	1,954	6,24	1,791	12,41	7,272	25,48	2,86	28,70
SC	3,763	17,60	0,30	1,760	0,573	3,58	18,66	24,19	60,05	95,95	1,504	10,44	5,88	20,63	0,74	7,454
RS	12,27	57,50	4,28	11,33	0,63	10,53	10,513	7,10,2	32,81	0,57	11,177	1,15,3	53,6,3	63,89	5,85	-
Total	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-

Fonte: Sistema A Lince; elaboração: IPEA/DPRU/CGPRE.

Obs.: A: Produtos da indústria de alimentos, bebidas, fumo e suas obras (cap. 16 a 24);

B: Produtos minerais (cap. 25 a 27);

C: Produtos da indústria química ou indústrias conexas (cap. 28 a 38);

D: Madeira e suas obras (cap. 44 a 46);

E: Matérias têxteis e suas obras (cap. 50 a 63);

F: Metais comuns e suas obras (cap. 72 a 83);

G: Máquinas e aparelhos eletroeletrônicos (cap. 84 e 85);

H: Material de transporte (cap. 86 a 89).

As participações de cada grupo de produto, em cada pauta, alteram-se, a depender da região ou estado considerada(o), em relação às pautas nacionais.

Na pauta de exportação, a região Sudeste detém parcelas acima de 53% em todos os grupos de produtos, exceto em madeira e suas obras, no qual a região Sul detém 76,6% do total nacional. No grupo de produtos da indústria química, a região Nordeste consegue superar a região Sul, pois tem a segunda maior parcela nacional (22,8%), depois do Sudeste.

Considerando os percentuais de participação dos estados, São Paulo destaca-se nacionalmente em seis dos oito grupos relacionados, com índices entre 35,9% e 81,4%. Nos demais grupos de produtos, os destaques são: Paraná, no grupo de madeira e suas obras, e Espírito Santo, no de produtos

minerais, com índices respectivos de 47,4% e 25,4% do total.

No entanto, outros estados apresentam resultados também relevantes, tais com o:

1) Bahia, cuja participação foi bastante positiva nos grupos da indústria de alimentos, indústria química e metais comuns; no segundo grupo, inclusive, foi superior a todos os estados da região Sul e da Sudeste (exceto São Paulo); no primeiro (alimentos), veio depois de São Paulo e Rio Grande do Sul; e no terceiro, veio à frente de Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina;

2) Goiás, no grupo da indústria de alimentos, que apresenta parcela de participação (3,5%) maior que Rio de Janeiro e Espírito Santo, e semelhante a Santa Catarina e Minas Gerais;

3) Mato Grosso, no grupo de produtos minerais, com parcela de 10,7% no total nacional (acima de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e Pará, nesse mesmo grupo, com parcela de 4% do total (maior, portanto, que as de SC e do RS);

4) Maranhão, com participação importante (5,6%) no grupo de produtos da indústria química (acima de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina); e Sergipe, também nesse grupo, com parcela de 1,1%, a qual supera os índices do Espírito Santo e Santa Catarina;

5) Rondônia e Amapá (NO), e Mato Grosso (CO), no grupo de madeira e suas obras, apresentam taxas de participações nacionais de 6,7% , 2,3% e 2,7%, respectivamente (acima dos índices do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo; este último, com índice nulo).

6) Ceará, no grupo de materiais têxteis, apresenta parcela de 10,1% do total nacional (acima de todos os estados da região Sudeste, exceto São

---

**Paulo; acima do Paraná e semelhante à do Rio Grande do Sul);<sup>21</sup>**

**7) Amazonas, no grupo de metais comuns e suas obras, apresenta índice de 1,8% (acima de Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina), e, no grupo de material de transporte, tem índice de 0,6% (acima de Rio de Janeiro e Espírito Santo, e próximo a Santa Catarina); e**

**8) Pernambuco, em máquinas e aparelhos eletroeletrônicos, tem uma parcela de 1,4% (superior ao índice do Espírito Santo e semelhante ao do Rio de Janeiro).<sup>22</sup>**

**Em relação aos índices regionalizados (ver tabela 10):**

**1) na região Norte, Pará destaca-se em quatro grupos (A, B, C e E), com índices que variam entre 46,7% e 98,4%; Rondônia destaca-se no grupo de madeira e suas obras, com índice de 73%; e o Amazonas, nos demais grupos, apresenta índice de participação quase total;**

**2) na região Nordeste, Bahia destaca-se em cinco grupos (A, B, C, F e G), com índices que variam entre 42,3% e 90,1%; Ceará, no grupo de materiais têxteis, tem índice de 68,5%; e Sergipe, em madeira e suas obras, tem índice total;**

**3) na região Centro-Oeste, Goiás destaca-se em quatro grupos (A, C, E e G); Mato Grosso do Sul destaca-se em três grupos (B, F e H); e Mato Grosso, no último grupo;**

**4) na região Sudeste, São Paulo destaca-se em sete grupos, exceto o de produtos minerais, cujo destaque é o Espírito Santo; e**

**5) na região Sul, destaques para Rio Grande do Sul, nos grupos A, C, F, G e H; Paraná, em produ-**

---

<sup>21</sup> Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Sergipe têm índices maiores que Espírito Santo.

<sup>22</sup> Bahia tem participação de 1,1% (também superior à do Espírito Santo).

---

tos minerais e madeira e suas obras; e Santa Catarina, no grupo de matérias têxteis.

Tomando-se os grupos de produtos das regiões menos desenvolvidas — Norte, Nordeste e Centro-Oeste — com participações nacionais relevantes,<sup>23</sup> de forma desagregada (tabela 10), é possível identificar os principais produtos ou capítulos (em cada grupo de produto) exportados pelos estados. Pode-se perceber, entre outras coisas, a amplitude ou a diversificação dos itens, além da evolução comercial, na pauta, entre os anos de 1992 e 1996.

Com o pode-se perceber, os sete grupos de produtos com participação relevante por parte das três regiões consideradas são: produtos da indústria de alimentos (exceto no Norte); produtos da indústria química, materiais têxteis e máquinas e aparelhos eletroeletrônicos (apenas no Nordeste); metais comuns (exceto Centro-Oeste); madeira e suas obras e produtos minerais. Em termos nacionais, pode-se ver, ainda, os valores exportados de cada grupo e a sua variação percentual (1992/1996).

Na região Norte, os grupos de produtos com maior relevância nacional são: produtos minerais, madeira e suas obras e metais comuns. Os capítulos<sup>24</sup> de destaque são: o 26 (minérios, escórias e cinzas), no Pará;<sup>25</sup> o 44 (madeira, carvão vegetal e obras de madeira), em Rondônia e no Pará; e o capítulo 82 (ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres e suas partes), no Amazonas.

**TABELA 10**  
**Principais Produtos — Regiões e Estados Escolhidos**

---

<sup>23</sup> Foi considerado com o teto mínimo o índice de participação nacional de 1%.

<sup>24</sup> Os nomes de cada capítulo estão descritos abaixo da tabela 10.

<sup>25</sup> Nesse capítulo, em 1996, o item hematita-minério de ferro compôs 82% do total do grupo.

---

## Exportação — Valores e Quantidade de Itens — 1992 e 1996\*

(Em US\$ 1000 FOB)

Itens	Brasil			Variação Percentual		
	1992	1996				
1. Prod. ind. alimentos	204 931	54 1234		164		
2. Prod. mine-rais	152 263	246 763		62		
3. Prod. ind. química	333 720	829 447		148		
4. Madeira e suas obras	25 099	4 1695		66		
5. Matérias têxteis	232 505	407 775		75		
6. Metais comuns	508 595	659 511		30		
7. Máq. e apar. eletr.	700 520	1 426 352		104		
Itens / Anos	Região Norte					
	1992			1996		
	AM	RO	PA	AM	RO	PA
1. Prod. mine-rais			2 534 (5)			9 901(5)
1.1. Cap. 26			1 760 (4)			9 196(4)
1.1.1. Hematita-min. ferro			661			8 135
2. Madeira e obras	906(10)		287 (17)		2 797(18)	956(11) )
2.1 Cap. 44	906(10)		287 (17)		2 797(18)	956(11) )
3. Metais comuns	2 333( 10)			12 168(3)		
3.1. Cap. 82	2 332( 4)			12 168(3)		

	Região Nordeste									
	1992					1996				
	MA	CE	PE	SE	BA	MA	CE	PE	SE	BA
1. Prod. ind. alimentos					22 652(9)					42 302(19)
1.1. Cap. 18					22 631(7)					42 186(8)
2. Prod. minerais					2 652(6)					2 745(7)
2.1. Magnésia calcinada					2070					2180
3. Prod. ind. química	16 760(2)			40	74 615(73)	45 726(2)			9171	128 613(77)
3.1. Óxido de alumínio	16 747					45 709			9171	
3.2. Amido/Fécula e Uréia		40								
3.3. Cap. 28					5 243(15)					7 929(12)
3.4. Cap. 29					52 078(44)					92 379(49)
3.5. Cap. 32					407(3)					5 168(2)
3.6. Cap. 34					2 995(4)					11 937(5)
3.7. Cap. 38					8 947(4)					10 967(8)
4. Mat. têxteis		6 767(70)		4 198(24)			41 285(90)		4 614(31)	
4.1. Cap. 52		4 817(7)		67(6)		36 627(3055)	3 5(13)			
4.2. Cap. 55		1 008(1)		68(1)		1229(7)				
4.3. Cap. 62		265(27)		271(5)		2				
4.4. Cap. 63		636(3)		3 792(12)		21 599(9)	1 330(11)			
5. Metais comuns					8 052(9)					43 532(10)
5.1. Cap. 72						745(4)				12 418(6)
5.2. Cap. 74						6 671(2)				30 589(2)
6. Máq. apar. elet.			4 308(20)	3 110(5)		20 447(148)	16 112(4)			
6.1. Cap. 85				4 304(1095)	3 9(4)	3 1095(4)	18 198(14)			16 412(4)
6.1.1. Eletrodos de carvão p/forno			2364				10 242			
6.1.2. Velas de ignição p/motores			384				5741			
	Região Centro-Oeste									
	1992			1996						
	MT	MS	GO	MT	MS	GO				
1. Ind. alimentos			7 210(59)			19 056(91)				
1.1. Cap. 17			4(2)			1 036(4)				
1.2. Cap. 20			6 866(46)			14 795(45)				
1.3. Cap. 21			276(8)			2 795(20)				

2. Prod. minerais	14 611(8)	26 504(9)
2.1. Cap. 26	13 623(5)	23 118(5)
2.1.1. Hematita- min. ferro	2 352	20 976
2.1.2. Cimento portland co- mum	892	3 318
3. Madeira e suas obras	735	1 115 (17)
3.1. Cap. 44	735	1 115 (17)

Fonte: Sistema Alice; elaboração: IPEA/DPRU/CGPRE.

Nota: O número de itens está entre parênteses.

Cap. 17: Açúcares e produtos de confeitaria;

Cap. 18: Cacau e suas preparações;

Cap. 20: Preparações de produtos hortícolas, frutas ou outras partes de plantas;

Cap. 21: Preparações alimentícias diversas;

Cap. 26: Minérios, escórias e cinzas;

Cap. 28: Produtos químicos inorgânicos; com postos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, elementos radioativos, metais de terras raras ou isótopos;

Cap. 29: Produtos químicos orgânicos;

Cap. 32: Extratos tanantes e tintoriais, pigmentos e outras matérias corantes; tintas e vernizes, tintas de escrever;

Cap. 34: Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem e lubrificantes, ceras artificiais e preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos sem elhantes, massas ou pastas para modelar, ceras para dentistas e com posições para dentistas à base de gesso;

Cap. 38: Produtos diversos;

Cap. 44: Madeira, carvão vegetal e obras de madeira;

Cap. 52: Algodão;

Cap. 55: Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas;

Cap. 62: Vestuário e seus acessórios, exceto de malha;

Cap. 63: Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos, artefatos de matérias têxteis, calçados, chapéus e artefatos de uso sem elhante; usados; trapos;

Cap. 72: Ferro fundido, ferro e aço;

Cap. 74: Cobre e suas obras;

Cap. 82: Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres e suas partes (metais comuns);

Cap. 85: Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som e imagem e suas partes e acessórios.

Quanto à quantidade de itens exportados em Rondônia, ocorre um aumento de 10 para 18, no capítulo de madeira e suas obras; uma diminuição de 17 para 11, no mesmo capítulo, no Pará; e, também, uma diminuição no capítulo dos metais comuns, de 10 para 3, no Amazonas. Contudo, em todos os grupos de produtos a variação percentual dos valores comercializados está acima daqueles considerados nacionalmente: produtos minerais — 290% (PA); madeira e suas obras — 209% (RO) e 233% (PA); e metais comuns — 422% (AM).

Na região Nordeste, os seis grupos de produtos de maior relevância nacional e os capítulos de destaque são: 1) o capítulo 18 (cacau e suas preparações) compõe quase o total do grupo de produtos da indústria de alimentos, na Bahia; 2) magnésia calcinada, compõe mais de 78% do total do grupo de produtos minerais, na Bahia; 3) no grupo de produtos da indústria química, os itens óxido de alumínio, no Maranhão, e amido/fécula e uréia, em Sergipe, representam a parcela total exporta-

da, enquanto, que, na Bahia, o capítulo 29 (produtos químicos orgânicos) representa em torno de 70% do total desse grupo; 4) o capítulo 52 (algodão) representa a maior parcela, acima de 70%, do total do grupo de matérias têxteis, no Ceará e em Sergipe (em 1996);<sup>26</sup> 5) o capítulo 74 (cobre e suas obras) representa mais de 70% do total do grupo de metais comuns, na Bahia; e 6) o capítulo 85 (aparelhos de gravação ou reprodução de som e imagem) representa em torno de 90% ou mais do grupo de máquinas e aparelhos eletroeletrônicos em Pernambuco e na Bahia, sendo que, neste último estado, o item eletrodos de carvão para forno representa mais de 60% do total do capítulo.

Os grupos que apresentaram evolução acima dos valores nacionais foram: indústria química, no Maranhão (173%) e em Sergipe (22 830%); materiais têxteis, no Ceará (510%); metais comuns, na Bahia (440%); e máquinas e aparelhos eletrônicos, em Pernambuco (375%) e na Bahia (428%). Os demais grupos apresentaram variações menores que os valores nacionais: produtos da indústria de alimentos, produtos minerais e produtos da indústria química tiveram, respectivamente, 87%, 3,5% e 72% (BA); e matérias têxteis, 9,9% (SE).

As quantidades de itens comercializados em cada grupo de produto ou capítulo apresentam evolução positiva, principalmente nos grupos de produtos da indústria de alimentos, de 9 para 19 itens, na Bahia; e de Materiais Têxteis, de 70 para 90 itens, no Ceará, e de 24 para 31 itens, em Sergipe. Apenas o grupo de máquinas e aparelhos eletrônicos apresenta diminuição no número de itens, ao comparar 1996 em relação a 1992.

Finalmente, na região Centro-Oeste, os principais grupos de produtos e seus respectivos produ-

---

<sup>26</sup> Em 1992, era o capítulo 63 o de maior parcela: 90% do total.

---

tos ou capítulos principais são: 1) na indústria de alimentos, o capítulo 20 (preparações de produtos hortícolas) representa acima de 77%, e alcança 95% do total, em Goiás; 2) no grupo de produtos minerais, o capítulo 26 (minérios, escórias e cinzas) representa 90% do total, em média, no Mato Grosso do Sul;<sup>27</sup> e 3) no grupo de madeira e obras, o capítulo 44 (madeira, carvão vegetal e obras de madeira) representa o total, no Mato Grosso.

Apenas o grupo de madeira e suas obras (MT) apresentou variação percentual abaixo do valor nacional (52%). O grupo da indústria de alimentos teve variação igual ao nacional (164%); porém, a quantidade de itens comercializados passou de 59 para 91, ao se comparar 1996 a 1992.

Assim, por meio dos resultados anteriores, é possível perceber a dinâmica dos principais grupos de exportação das regiões menos desenvolvidas do país, na qual são revelados aspectos da dinâmica setorial nos principais estados, e também a diversificação de itens e a evolução de certos segmentos internos a cada grupo de produtos setoriais (em certos casos, de forma mais intensa que a média nacional).

No caso da pauta dos principais grupos de produtos importados pelas regiões ou estados (ver tabela 11), é possível perceber aspectos distintos: i) a região Sudeste detém maior participação em sete dos oito grupos (em seis destes, acima de 53%); ii) a região Sul tem a maior participação (54,1%) no último grupo (produtos minerais), e a segunda maior parcela nos demais grupos, com índices variando entre 1,8% (material de transporte) e 38,3% (materiais têxteis); iii) a região Nordeste apresenta participações entre 6% até 18% em quatro grupos, em ordem crescente: produtos da indústria de alimentos, produtos minerais, materiais têxteis e produtos do reino vegetal.

---

<sup>27</sup> A hematita-minério de ferro compõe a maior parcela desse capítulo (mais de 90% em 1996).

---

A participação mais relevante da região Centro-Oeste (8,8%, portanto superior à do Nordeste) está no grupo da indústria de alimentos.

Quanto à participação nacional dos estados, São Paulo detém maior índice em seis dos oito grupos, com valores percentuais entre 24,4% (produtos do reino vegetal) e 71,8% (material de transporte): excetuam-se os grupos de Produtos Minerais, nos quais o Rio Grande do Sul detém 42,5% do total, e de produtos da indústria química, no qual Espírito Santo detém quase 57% do total nacional.

Outros estados com participações nacionais importantes: 1) Pará, no grupo de produtos minerais, com índice de 1,6%, menor apenas que Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro; 2) Ceará, nos grupos de produtos do reino vegetal (5,7%) e de materiais têxteis (4,9%); Pernambuco, no grupo de produtos do reino vegetal (5,6%); Bahia, no grupo de produtos minerais (5,1%); e 3) Goiás, no grupo de produtos da indústria de alimentos (8,8%).

**TABELA 11**  
**Principais Grupos de Produtos por Estados**  
**Importação — Percentual de Participação Nacional e Regional — 1996**

	A		B		C		D		E		F		G		H		
	Nac	R eg.	Nac	R eg.	Nac	R eg.	Nac	R eg.	Nac	R eg.	Nac	R eg.	Nac	R eg.	Nac	R eg.	
Norte	1,47	100,00	0,34	100,00	2,07	100,00	0,01	100,00	0,01	100,00	0,00	100,00	0,60	100,00	0,04	100,00	
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
AM	0,51	34,32	0,07	65,03	0,42	21,44	0,01	100,00	0,03	3,60	0,00	100,00	0,58	95,40	0,03	81,08	
RR	0,00	0,12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PA	0,97	65,56	0,31	92,35	1,62	78,53	-	-	0,01	96,37	-	-	0,03	4,60	0,01	18,92	
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nordeste	17,97	100,00	6,02	100,00	6,83	100,00	2,80	100,00	7,75	100,00	2,47	100,00	1,16	100,00	0,17	100,00	
MA	0,41	2,30	-	-	0,28	4,08	-	-	0,03	0,39	-	-	-	-	0,02	8,93	
PI	0,05	0,30	-	-	-	-	0,01	0,45	0,41	5,31	-	-	0,03	2,88	-	-	
CE	5,67	31,57	1,08	17,92	0,85	12,43	0,32	11,53	4,92	63,24	9,63	1,99	80,78	0,57	48,67	0,14	81,34
RN	0,60	3,35	0,09	1,42	0,06	0,80	0,87	3,00	1,07	0,43	5,31	0,01	0,25	0,03	2,51	-	
PB	1,58	8,30	0,71	11,70	0,08	0,80	0,30	0,30	0,12	2,17	-	-	0,00	0,00	-	-	



Dessa forma, compreende-se a importância de determinados grupos de produtos, exportados ou importados, para cada região ou estado, o que sugere impactos específicos em determinados setores produtivos locais, os quais detêm níveis distintos de importância, nacional ou regional.

Seguindo a análise do comportamento dos setores produtivos envolvidos no comércio com o MERCOSUL, a seguir serão feitas considerações sobre os aspectos setoriais e suas características regionais.

### 3.3.3 Aspectos Setoriais Locais

Inicialmente, é feita uma classificação dos setores que serão tratados de forma mais específica ao longo desta seção. Utiliza-se uma divisão setorial em dez grupamentos distintos,<sup>28</sup> quais sejam:

- 1) agroindústria;
- 2) têxtil, vestuário e calçados;
- 3) química;
- 4) metalúrgica;
- 5) minerais não-metálicos
- 6) madeira e mobiliário;
- 7) equipamentos industriais;
- 8) material de transporte;
- 9) papel e gráfica; e
- 10) eletroeletrônica.

---

<sup>28</sup> Essa divisão de grupamentos setoriais é a utilizada pelo IBGE, no estudo sobre as áreas industriais de outubro de 1994.

---

**QUADRO 1**  
**Estrutura Produtiva das Áreas Industriais — VTI**  
**da Área >33%**  
**Estados e Regiões — 1985**

Itens	Agroind.	Têxtil	Química	Metal.	Min. Não-Metálico	Mad. e Móbil.	Equip. Transp.	Mat. de Gráfica	Papel e Eletrolet.
<b>Norte</b>									
AC						x			
RO				x		x			
AM				x					x
PA	x	x		x	x	x			
AP				x					
RR						x			
TO	x								
<b>Nordeste</b>									
MA				x	x	x			
PI		x	x						
CE	x	x							
RN	x		x	x	x				
PB	x	x							
PE	x	x	x						
AL	x		x	x					
SE		x	x						
BA	x	x	x	x	x				
<b>C. Oeste</b>									
MT	x						x		
MS	x					x			
GO	x					x			
DF									
<b>Sudeste</b>									
SP	x	x	x	x	x		x	x	
RJ	x	x	x	x	x			x	
ES	x	x	x	x	x				x
MG	x	x	x	x	x		x		x
<b>Sul</b>									
PR	x	x	x		x	x			x
SC	x	x	x			x			
RS	x	x	x	x	x		x		x

Fonte: Oliveira e La Croix (1994).

Como se pode ver no quadro 1, cada setor apresenta características específicas no país e, ao mesmo tempo, tem distribuição própria no contexto regional brasileiro:

1) A agroindústria está subdividida em segmentos que atuam na transformação primária dos produtos da agropecuária. Outros segmentos da agroindústria atuam na área de lácteos (principalmente leite em pó e queijos); frutas temperadas (principalmente maçã, uva, pêsego, pêra, ameixa, etc); hortícolas e oleaginosas (principalmente,

alho, batata, cebola, azeitona e feijão); carnes (principalmente, bovina e couros).<sup>29</sup>

Assim como no nível dos produtos dos dois segmentos, as indústrias fornecedoras, tanto da agroindústria quanto da agropecuária, são elos de ligação importantes para a análise setorial. Entre as principais indústrias fornecedoras estão: a de máquinas e equipamentos, embalagens, tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas, fertilizantes, defensivos agrícolas, e sementes e matrizes.

No Brasil, os segmentos principais (nos quais há vantagens comparativas em relação aos demais países do MERCOSUL) são os de produção de: a) café e chá-mate; b) cacau e seus derivados; c) frutas tropicais e cítricas (principalmente abacaxi e banana); d) carne de frango; e) hortifrutigranjeiros; e f) açúcar e tabaco.

Exemplos de regiões e/ou estados com bases produtivas importantes nesse setor:<sup>30</sup> todos os estados das regiões Sul e Sudeste; Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (co), Tocantins e Pará (no) e região Nordeste (exceto Maranhão, Piauí e Sergipe).

Na pauta de exportação e importação nacionais desse setor predominam os seguintes produtos: bebidas alcoólicas e vinagre; cacau e suas preparações; fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados; açúcares e produtos de confeitaria; carnes, miudezas comestíveis, peixes, crustáceos, leite e derivados; gorduras, óleos vegetais e animais; animais vivos, peles, couros e suas obras; café, chá-mate, especiarias e frutas; produtos in-

---

<sup>29</sup> Esses setores compreendem 70% do total das importações do Brasil no MERCOSUL.

<sup>30</sup> A partir do estudo de Oliveira e La Croix (1994), é considerado o percentual de participação no valor da transformação (VTI), que corresponde à diferença entre o valor bruto da produção e os custos de operações industriais da área: acima de 33%. Esse índice mostra a importância da atividade na região ou estado.

---

dustriais de moagem; cereais, produtos hortícolas, sementes e frutas oleaginosas.

2) O têxtil, vestuário e calçados é um dos setores mais sensíveis, devido ao fato de que opera em alta escala concorrencial no MERCOSUL, e está incluído na lista de exceções de todos os países do bloco.

Esse setor apresenta inúmeros elos de ligação com outros setores industriais e agropecuários. A cadeia produtiva têxtil é composta principalmente por quatro subsetores: produção de fibras, fiação, tecelagem e acabamento; confecções e vestuário; e máquinas e equipamentos para produção. É um setor tradicional, com uso intensivo em mão-de-obra, e representado na sua maior parte por microempresas (80%). No entanto, os 10% de empresas de grande porte existentes representam 80% da receita do setor. No setor de calçados também predominam as micro e pequenas empresas, com produção com bases tradicionais, em sua maioria.

Exemplos de regiões e estados com bases produtivas relevantes:<sup>31</sup> todos os estados do Sul e Sudeste; Pará (NO); e todos os estados do Nordeste, exceto Maranhão, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Na pauta de exportação e importação desse setor predominam os seguintes produtos: produtos artificiais e sintéticos, algodão (fibras, fios e tecidos), vestuário e acessórios de malha ou não, lã, artefatos diversos, calçados, chapéu, penas, flores artificiais, polainas e artefatos semelhantes.

3) Quanto ao setor químico, a forte demanda de *commodities* manufaturadas, como metais e produtos químicos e petroquímicos deve incrementar a sua *performance* no MERCOSUL.

O parque químico brasileiro é o maior da América do Sul, seguido pelo da Argentina. É um setor com alto grau de segmentação e com grande interdependência entre suas indústrias, e sua dinâmi-

---

<sup>31</sup> Ver nota de rodapé 9.

---

ca é fortemente integrada. É composto por centrais petroquímicas de matérias-primas, chamadas de *primeira geração* (básicas). As de segunda geração são as indústrias termoplásticas, de elastômeros e intermediárias diversas. Entre as categorias consideradas de terceira ou quarta geração, estão as indústrias que processam produtos finais, como produtos farmacêuticos, tintas, fertilizantes, perfumaria, corantes, resinas, fibras, defensivos agrícolas, conservantes, etc. (também chamada de química fina). É um setor ainda fortemente oligopolizado, e até recentemente alguns setores de extração e refino eram de controle exclusivo do Estado.

Exemplos de estados e regiões com bases produtivas relevantes:<sup>32</sup> todos os estados do Sul e Sudeste; os do Nordeste, exceto Maranhão, Ceará e Paraíba; e Acre, no Norte.

Na pauta de exportação e importação desse setor predominam os seguintes produtos: plásticos e suas obras, produtos químico-orgânicos e inorgânicos, produtos para fotografia e cinematografia, extratos tonantes e tintoriais; adubos ou fertilizantes, óleos e resinas; produtos de perfumaria, farmacêuticos, sabões e outros produtos diversos.

4) O setor metalúrgico é composto, de um lado, pelos minérios com o alumínio, ferro, manganês, entre outros, e, de outro lado, pelos produtos metalúrgicos: alumínio em bruto, estanho em bruto, ferro-gusa e ferro-liga. O setor siderúrgico é aquele que possui a maior parcela nesse grupamento. É o setor que tem no Brasil o país de maior competitividade, inclusive em plano internacional, no MERCOSUL.

Exemplos de bases produtivas relevantes nos estados brasileiros:<sup>33</sup> Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Sul); todos os estados da região Sude-

---

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Ver nota de rodapé 9.

---

te; Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte e Maranhão (NE); e Pará, Amapá, Amazonas e Rondônia (NO).

Na pauta de exportação e importação predominam os produtos siderúrgicos, ferramentas, artefatos diversos, manufaturas de ferro ou aço, alumínio e artefatos de alumínio.

5) O setor de minerais não-metálicos está associado à produção de produtos para construção, minérios e combustíveis. É um dos setores em que o Brasil apresenta maior predominância, em termos de capacidade produtiva e de comércio interno.

Exemplos de estados e regiões com bases produtivas relevantes:<sup>34</sup> Sul, exceto Santa Catarina; todos os estados da região Sudeste; Mato Grosso do Sul e Goiás (CO), Maranhão, Rio Grande do Norte, Maranhão e Bahia (NE); e Pará (NO).

Os principais produtos presentes na pauta de exportação e importação são: minérios, escórias e cinzas; combustíveis minerais, sal, enxofre, gesso, cimento, produtos cerâmicos, vidros, obras de gesso, óleo e ceras minerais.

6) O setor de madeira e mobiliários do Brasil, devido a contextos semelhantes aos descritos para os setores de têxteis, vestuários e calçados, possui condições de forte concorrência com os demais países do MERCOSUL, quando são levadas em conta as importações e as proteções por parte dos demais países do bloco. O Paraguai é o maior exportador para o Brasil, com participação de 8% em sua pauta total.

Exemplos de estados e regiões brasileiras com bases produtivas relevantes:<sup>35</sup> região Sul, exceto Rio Grande do Sul; Minas Gerais (SE); região Norte, exceto Amazonas e Amapá; e Mato Grosso (CO).

---

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Idem.

---

7) O setor de equipamentos industriais e material de transporte é o que apresenta menor concorrência na região, pois o único país capaz de competir com o Brasil em melhores condições é a Argentina, e capacidades complementares podem ser atribuídas às estruturas produtivas dos dois países. Assim, esse é o setor com maior participação na pauta comercial do Brasil com o MERCOSUL.

Principais bases produtivas nos estados e regiões brasileiras: Rio Grande do Sul (Sul); e São Paulo e Rio de Janeiro (SE).

8) O setor de papel e gráfica é também outra área sensível no MERCOSUL. É considerada dinâmica, com vantagens competitivas do Brasil, particularmente no segmento de celulose. Porém, com o possui baixa intensidade tecnológica, esse setor está associado a uma trajetória tecnológica fundada em paradigmas antigos, sobretudo pelos custos reduzidos de produção de madeira e pelas favoráveis condições de insolação do país [Galvão (1993)].

Exemplos de estados com bases produtivas relevantes:<sup>36</sup> Rio Grande do Sul e Paraná (Sul); e São Paulo e Rio de Janeiro (SE).<sup>37</sup>

9) O setor eletroeletrônico também é protegido, particularmente por parte do Brasil e da Argentina, tendo em vista o seu caráter dinâmico.

Trata-se de outro setor com alto grau de complexidade em termos de seu comportamento no processo de integração, tendo em vista a celeuma em torno das zonas francas na região do MERCOSUL (Argentina e Brasil). Amazonas é o estado com a mais importante base produtiva no Brasil, em função da Zona Franca de Manaus.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> Ver nota de rodapé 9.

<sup>37</sup> Destacam-se, atualmente, plantas importantes nos estados da Bahia e do Espírito Santo.

<sup>38</sup> Os produtos das zonas francas são tratados com o provenientes de terceiros países e sofrem incidência, portanto, da TEC.

---

Assim, os setores identificados com o possuidores de condições favoráveis, de acordo com os dados analisados anteriormente (seção 3.2), são: o metalúrgico, o de equipamentos industriais, o de material de transporte, e o de química, por representarem as áreas em que o Brasil apresenta melhores resultados, fato que sugere sua maior vantagem relativa.

É importante lembrar os setores, identificados em listas de exceções com o possuidores de condições desfavoráveis na abertura ao exterior, ou com maior fragilidade no comércio intraregional: têxtil, vestuário e calçados; papel e gráfica; madeira e mobiliário, e minerais não-metálicos. Esses são os setores que encontram maior competição na região, ou que enfrentam maior proteção por parte dos demais países.

Finalmente, os setores eletroeletrônico e agroindustrial são especiais e merecem algumas observações particulares. Neles, existem segmentos favoráveis e desfavoráveis ao Brasil em termos da integração. O setor eletroeletrônico, bastante dinâmico, vem sendo tratado com interesse especial, principalmente por parte da Argentina e do Brasil, devido ao contexto das zonas francas nacionais.<sup>39</sup>

Portanto, as vantagens de cada país, região ou estado, no âmbito do MERCOSUL, dependem do setor/subsetor considerado. Apesar do comércio apresentar uma predominância marcante de certos setores, produtos/grupos de produtos, e também de certos estados, acredita-se que existe viabilidade, via integração econômica, de os países, regiões e estados criarem formas de complementaridade entre suas economias, e de aumentarem a eficiência produtiva global, desde que haja maior eficiência advinda das especializações nacionais e regionais.

---

<sup>39</sup> São temas de negociação, a partir de janeiro de 1995, regimes especiais comuns para os setores automotivo, açucareiro e têxtil.

---

No caso brasileiro, vários estudos<sup>40</sup> demonstram as áreas/setores nas quais o país apresenta condições de estabelecer produções mais dinâmicas. A composição da produção industrial do Brasil está crescentemente relacionada aos ramos metalúrgico, de material de transportes, de produtos mecânicos e elétricos, e da química. Isso também define, de maneira geral, as regiões e estados que estão mais aptos a ter inserção maior no processo de integração.

No entanto, além do aspecto macronacional, devem ser consideradas as diversas especializações regionais e sub-regionais definidas no quadro geral da divisão social do trabalho no Brasil [Guimarães Neto (1997, p.64)]. Tais especializações, segundo esse autor, podem constituir o ponto de partida para a definição de um processo de inserção das economias numa economia globalizada, e também para a definição de políticas regionais específicas e diferenciadas para cada região ou estado do país (*op.cit.*, p.65).

Ao se fazer uma relação entre as estruturas das pautas comerciais brasileiras (tabelas 5 e 6, seção 4.2) e as regionais/estaduais (tabelas 10 e 11), mais a estrutura produtiva das áreas industriais dos estados brasileiros (quadro 1), é possível perceber algumas importantes conexões:

1) Na região Norte, predominam nos estados os setores metalúrgico (na pauta, consta do item metais comuns), e de madeira e mobiliário, que, na pauta de exportação com o MERCOSUL aparece com índices nacionais maiores. No setor de minerais não—metálicos, aparece apenas o estado do Pará (na pauta de exportação, esse estado possui parcela significativa em nível nacional, o mesmo acontecendo nos setores da agroindústria — na pauta, com o produtos da indústria de alimentos — e têxtil). O Amazonas aparece, tanto na pauta de expor-

---

<sup>40</sup> Entre outros, Diniz (1994) e Guimarães Neto (1997).

---

tação quanto na lista de setores, com índices maiores na área de eletroeletrônicos;

2) Na região Nordeste, predominam os setores agroindustrial, têxtil, químico e de metalurgia, os quais, na pauta de produtos comercializados dos estados, têm os valores mais relevantes;

3) Na região Centro-Oeste, predomina o setor da agroindústria; nas pautas de importação e exportação, Goiás tem a participação mais relevante. Os setores de madeira e mobiliário, no Mato Grosso, e de minerais não-metálicos, no Mato Grosso do Sul, aparecem também com índices nacionais importantes na pauta de produtos comercializados, bem como na lista de setores;

4) Nas regiões Sudeste e Sul, que apresentam os parques produtivos mais diversificados e importantes em nível nacional (refletidos em termos dos índices das pautas de produtos), precisa ser analisada mais detidamente, dada sua complexidade, a relação entre a estrutura produtiva e a pauta de produtos exportados: a maior proporção das exportações no grupo de produtos de material de transporte relaciona-se com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que possuem maior capacidade produtiva (VTI); o setor de máquinas e equipamentos eletroeletrônicos relaciona-se com as áreas produtivas de São Paulo e Rio Grande do Sul; os setores das indústrias químicas e de metais comuns são relevantes em todos os estados das duas regiões; no setor de material de transporte, São Paulo e Rio de Janeiro têm VTI significativo, apesar de Minas Gerais ter melhor e maior participação nacional e regional do que o Rio de Janeiro.<sup>41</sup>

Os setores que apresentam maiores participações em nível desagregado entre as regiões são: o

---

<sup>41</sup> Esse resultado não surpreende, dado que o ano-base do censo de setores industriais é 1985, e MG teve seu parque desenvolvido depois desse ano. Assim, apesar de existirem conexões diretas entre os setores e pautas regionais, é necessário ter em vista o desenvolvimento da base produtiva estadual a partir de 1985.

---

agroindustrial e o têxtil, considerados especiais no MERCOSUL por sua importância nos países-membros.<sup>42</sup> Em seguida, os setores de material de transporte, máquinas e equipamentos eletroeletrônicos e produtos minerais perfazem as maiores parcelas da pauta de importação nacional (ver tabela 6).

Assim, percebendo as relações entre as exportações e as importações nacionais e regionais/estaduais, e os principais setores envolvidos, pode-se atribuir certos rebatimentos ou efeitos regionais e estaduais específicos. Não foi intenção deste trabalho quantificar os efeitos diferenciados locais, mas considerar que, independentemente da magnitude, merecem ser relativizados, não apenas quanto à dimensão da representatividade dos setores em nível nacional, mas também quanto à importância em termos das dimensões e características locais, seja em nível regional ou estadual.

A partir dessa relativização será possível agregar ações em favor das políticas setoriais-comerciais específicas no nível desejado (nacional, regional ou estadual), considerando-se o fluxo de comércio, a pauta de produtos ou os setores envolvidos.

Além disso, é possível dar o tratamento necessário aos segmentos tradicionais regionais — mais sensíveis à adaptação da abertura —, ou aos setores considerados modernos e dinâmicos, de forma a serem tratados estrategicamente, no sentido de se criar uma dinâmica ou eficiência produtiva local maior.

As atividades produtivas mais dinâmicas, já consideradas de senso comum, nas suas dimensões regionais são as seguintes: i) Norte, com atividades da nova fronteira mineral, o pólo eletroeletrônico e o complexo de papel e celulose; ii) Nordeste, com atividades agrícolas e agroindustriais, complexo químico, pólo de fiação e tecela-

---

<sup>42</sup> A denominação grupo de produtos agropecuários, ao invés de agroindústria, é mais adequada a essa afirmação.

---

gem, papel e celulose, e o complexo turístico; e iii) Centro-Oeste, com atividades de produção de grãos e pecuária. A essa visão agregada, é possível empreender análises internas, na região e nos estados, de forma a definir critérios de hierarquização dos setores (que digam respeito a interesses específicos, locais, estaduais, regionais e nacionais).

Guimarães Neto (1997) considera que, ao lado da seletividade espacial e setorial (que se relaciona com a relativização referida anteriormente, no sentido da adoção de políticas de desenvolvimento), venham a ser definidos *timings* para a adaptação de estruturas produtivas ao processo de abertura da economia, de maneira a minimizar os efeitos adversos econômicos e sociais, principalmente para as regiões menos desenvolvidas.

Além dos aspectos considerados, são relacionadas, a seguir, algumas características próprias da organização e estratégia produtiva, e determinados atributos econômicos e políticos, em um determinado país, para que uma empresa, setor, região e estado tornem-se mais competitivos [Prado, (1987, p.17)]. São estas: i) as condições dos fatores de produção, com o qualificação do trabalho e infra-estrutura; ii) as condições de demanda; iii) a existência de indústrias fornecedoras e demandantes que impliquem canais de distribuição de produtos e de tecnologias afins; e iv) as condições da estrutura competitiva do mercado.<sup>43</sup>

A participação do Estado com o agente incentivador da viabilização de uma estrutura produtiva competitiva do país e a aplicação de políticas de regulamentação da estrutura produtiva interna do país são também consideradas elementos necessários ao aprofundamento da integração econômica [Prado (1987, p. 18-19)].

---

<sup>43</sup> O papel do investimento direto externo (IDE) sobre os setores produtivos é bastante relevante nesse aspecto.

---

#### 4 OBSERVAÇÕES FINAIS

O quadro anteriormente analisado permite perceber a evolução de aspectos do comportamento e conseqüências do comércio do MERCOSUL no Brasil. O processo de integração é multifacetado, com diversas variantes, a depender do enfoque que se queira utilizar.

Do ponto de vista comercial, os avanços (intrapáises) conseguidos são inegáveis, e são também motivo suficiente para maior entendimento dos efeitos da ampliação do mercado para as regiões e setores das economias nacionais. No entanto, o aspecto comercial dá-nos uma visão estática do processo de integração, ao não deixar explícitos os aspectos dinâmicos e estruturais relacionados aos efeitos na estrutura produtiva nacional.

Nesse caso, trata-se das condições criadas com a integração para a reestruturação produtiva, o aumento das economias de escala e do progresso tecnológico, o aumento dos investimentos e da competitividade entre as empresas, a reestruturação organizacional e gerencial das empresas, a promoção do emprego e o desenvolvimento econômico e social maior.

A ampliação e o aprofundamento da integração até o mercado comum futuro exigem: i) maior harmonização e coordenação de políticas regionais; ii) diminuição das disparidades regionais e estímulo à competitividade dos setores produtivos; e iii) convergência entre as políticas nacionais e as políticas comuns do bloco, no sentido de se obter inserção internacional competitiva autêntica.

Entre as questões consideradas como fundamentais ao aprofundamento das relações comerciais atuais, estão, entre outras: i) a estabilidade das economias nacionais; ii) a reestruturação produtiva dos países em bases competitivas; iii) a coordenação e harmonização de políticas macro-

---

econômicas, entre as quais a política tarifária (cambial) e a tarifa externa comum; iv) a política de investimentos e incentivos; v) as condições de infra-estrutura; e vi) a harmonização de políticas setoriais.

Assim, a dinâmica maior do comércio partirá da capacidade das regiões ou estados e dos setores produtivos realizarem investimentos e fazerem uso do progresso tecnológico, como base para a reestruturação de suas atividades produtivas, para que se ampliem suas bases de inserção competitiva, seja no âmbito do MERCOSUL, seja no plano internacional.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, José M.** La teoría económica y el proceso de integración de América Latina. *Revista de la Integración*, Buenos Aires, n.2, may 1968, Separata
- . *A harmonização de políticas macroeconômicas no MERCOSUL — a construção de um mercado comum.* — Buenos Aires: BID / INTAL / DP 467, 1993. (Publ. n.405)
- ARAÚJO Jr., José T.** Reestruturação industrial e integração econômica: as perspectivas do MERCOSUL. *RBE*, v.47, n.1, p.11-23, jan./mar. 1993.
- BARBOSA, Rubens A.** Integração hemisférica: notas sobre os desafios e as oportunidades para o Brasil. In: **LANGONI, Carlos G.** (coord.) *Os novos blocos econômicos: desafios e oportunidades.* — Rio de Janeiro: FGV, 1993. p.137-46.
- BAUMANN, Renato e LERDA, Juan C.** (org.) *Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate.* — São Paulo: Marco Zero, 1987. 279 p.
- CANO, Hugo G.** *La armonización tributaria en el MERCOSUR, proyecto regional de política fiscal.* CEPAL / PNUD, nov. 1993. 63 p.
- COELHO, Isaías.** Perspectivas da integração intra-industrial; Argentina, Brasil e Uruguai. In: **BAUMANN, Renato e LERDA, Juan C.** (org.) *Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate.* — São Paulo: Marco Zero, 1987. p.11-34.
- DINIZ, Clélio C.** *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas.* — Brasília: IPEA, nov. 1994. 35p.
- GALVÃO, Antônio C.** *C & T no Brasil: avanços e retrocessos na década de 80. Relatório Final, 1ª versão para discussão.* — Brasília: Oficina Regional de Ciencia y Tecnologia para América Latina y el Caribe (ORCYT) / UNESCO, 1993. 113p.
- GALVÃO, Olímpio A.** Efeitos espaciais das políticas de comércio exterior no Brasil: das origens das desigualdades regionais ao modelo exportador. In: *Anais da ANPEC*, São Paulo, v.2, nov. 1978. p.817-93.
-

- GARRIGA, M. e SANGUINETTI, P.** In: **CHALOUET, Y. e ILLCOAT, G.** O período de transição do MERCOSUL e o setor primário. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, IPEA, v.13, jun. 1996.
- GUILHOTO, Joaquim M. e PICERMO, Alfredo E.** Estrutura produtiva, setores-chave e multiplicadores setoriais: Brasil e Uruguai comparados. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v.49, n.1, jan./mar. 1995.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo.** *Dinâmica regional no Brasil*. IPEA/PNPE, 1997. mimeo
- IZAM, Miguel.** *Evolución, análisis y perspectivas del Mercado Común del Sur*. CEPAL, jan. 1997. p.51.
- JANK, Marcos S.** *A importância do setor agroindustrial na integração do Cone Sul: as cadeias sensíveis.*— São Paulo: USP/IEA, set. 1992. 28p.
- \_\_\_\_\_. **MERCOSUL: efeitos das políticas públicas sobre a competitividade.** *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.31, n.4, p.349-369, out./dez. 1994.
- KUME, Honório e MARKWALD, Ricardo A.** As perspectivas do MERCOSUL: configuração da estrutura produtiva e convergência macroeconômica. In: IPEA. *Perspectivas da economia brasileira.*— Rio de Janeiro: IPEA, 1994. v.1, p.205-30.
- LUCÁNGELI, Jorge.** Intercâmbio Argentina-Brasil em 1994: a consolidação de um padrão de comércio maduro. *Balança Comercial*, n.132, out./dez. 1995.
- MENDES, Constantino C.** *Integração na América Latina: origens e resultados.*— Brasília: IPEA, 1997. mimeo
- OLIVEIRA, Evangelina X. G. e LACROIX, Luisa M.** *Áreas industriais: uma proposta de inovação na produção de estatísticas.* DE GEO/DGC/IBGE, out. 1994.
- PEÑA, Felix.** *Competitividade, democracia e integração nas américas.* In: LANGONI, Carlos G. (coord.) *Os novos blocos econômicos: desafios e oportunidades.*— Rio de Janeiro: FGV, 1993. p.117-36.
-

**P R A D O, Luis Carlos D . Integração regional, MERCOSUL e o desenvolvimento da América Latina. In: BAUMANN, Renato e LERDA, Juan C. (org.) *Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate.*— São Paulo: Marco Zero, 1987. p.11-37.**

**R E I S V E L L O S O, João P. e F R I T S C H, Winston (coord.) *A nova inserção internacional do Brasil.*— Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. 220 p.**

**T O M B I N I, A. A. e N A S C I M E N T O, C. V. O MERCOSUL e a coordenação de políticas cambiais. *Boletim de Conjuntura do Conselho Regional de Economia (CORECON), Brasília, ano 7, n.38, jul./ago. 1993.***

**V E I G A, Pedro da Motta. O MERCOSUL e a liberalização comercial nas Américas: a estratégia brasileira para o continente. In: R E I S V E L L O S O, João P. e F R I T S C H, Winston (coord.) *A nova inserção internacional do Brasil.*— Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p.83-116.**